



ATA N.º 04/2025

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZANOVE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE
E CINCO**

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores: -

Presidente: Maria Clara de Oliveira da Silva (PS)

Vereadores: José Manuel da Silva Santos (PS)

Marina Sofia Birrento Saraiva (PS)

Nuno Luís Oliveira Marques Victorino Catarino (CDU)

Joaquim José Lopes Batista Correia (CDU)

João Manuel Pereira Afonso (PSD)

Ilídio José Viegas Martinho Massacote (PSD)

Às vinte horas e com a presença da Assistente Técnica, Patrícia Alexandra da Silva Tomé, a Senhora Presidente da Câmara Municipal assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes. -----

Assim e constatada a existência de quórum a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberto o período de -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, referiu: “Tivemos oportunidade de falar aqui sobre a questão de Pegões e da imigração. A GNR teve oportunidade, através do Destacamento Territorial de Palmela, de realizar uma operação especial de prevenção criminal na localidade de Pegões, no concelho do Montijo. Esta ação teve como principais objetivos o reforço da segurança, a prevenção de ilícitos criminais e infrações contraordenacionais, bem como a promoção do sentimento de segurança da população. No decurso desta operação, foram fiscalizados cento e trinta e quatro cidadãos estrangeiros, treze estabelecimentos e cerca de duzentas e noventa viaturas, resultando nos seguintes resultados: um detido por desobediência e condução sob a influência do álcool, sessenta e cinco autos de âmbito rodoviário, trinta e sete autos a estabelecimentos comerciais, vinte e cinco autos por falta de declaração de entrada em território nacional, quatro autos por falta de



alteração de morada de cidadãos estrangeiros, um auto por consumo de estupefacientes, um estabelecimento sujeito a encerramento administrativo. Adicionalmente, foi apreendido o seguinte material: 5,4 doses de resina de cannabis, três veículos, duas balanças em estabelecimento comercial. Os factos de âmbito criminal foram comunicados ao Tribunal Judicial do Montijo. Consideramos de extrema importância esta ação que a GNR fez em Pegões e que continuará a realizar ao longo deste ano, por um lado, viu-se que a ação teve resultados, pois foram levantados autos e houve situações que foram devidamente encaminhadas para o tribunal e por outro lado, estas ações permitem que a população não se sinta desamparada e, assim, perca o sentimento de falta de segurança que a população de Pegões e de Santo Isidro tem. Saudamos aqui a ação da GNR, desejando que estas ações tenham impacto e sejam realizadas em toda a freguesia e em todo o território, pois não é apenas nesta freguesia, mas em todo o território abrangido pela GNR. Por isso, é importante que se continue a ter esta ação preventiva e, quando necessário, atuar também nestas situações. Portanto, saudamos esta atitude da GNR.”. ---

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Queria deixar uma nota de agradecimento aos nossos trabalhadores da Higiene Urbana, pelo facto de, apesar das horas extraordinárias, terem recolhido cerca de doze toneladas de monos da via pública para a AMARSUL. Este é um valor absolutamente incrível para uma operação diária, mas de facto foi o que aconteceu. Por isso, gostaria de felicitar todos pelo esforço adicional no sentido de mantermos a nossa freguesia limpa, tanto quanto possível, pelo menos nesta fase, tendo em conta os recursos que, neste momento, ainda temos.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, referiu que cada tonelada tem um custo de setenta e sete euros e quatro cêntimos, valor que todos pagam à AMARSUL pela recolha. -----

A Senhora **Vereadora Marina Birrento**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e leu duas informações, cujo teor a seguir se transcreve: -----

1. “Bandeira de Mérito Social -----

A 31 de janeiro de 2025, o Município do Montijo, através da DDSPS, apresentou candidatura à distinção Bandeira de Mérito Social. -----

Esta distinção, atribuída por proposta do Conselho Consultivo da ANGES - Associação Nacional de Gerontologia Social, pretende distinguir organizações que promovam o bem-estar social, o desenvolvimento social e tenham nas suas práticas intervenções que visem minorizar a vulnerabilidade, a pobreza e o estado de necessidade de indivíduos ou comunidades. -----



A candidatura apresentada incidu sobre o Centro Autárquico de Acolhimento de Emergência Social - CAAES que foi promovido no âmbito da candidatura ao PORLISBOA2020 através do Projeto C(A)SAS (com execução de novembro de 2020 a junho de 2023), resultante da necessidade de resposta para acolhimento urgente e temporário para pessoas/agregados em situação de sem teto. ----- Com o término do Projeto em 2023, este recurso (dois apartamentos de tipologia T4) mantém-se em funcionamento, sob gestão da autarquia, que garante os acompanhamentos técnicos, através de equipa composta por 3 assistentes sociais e 1 psicóloga e de Protocolo com a Sta. Casa da Misericórdia do Montijo para manutenção e gestão dos equipamentos. ----- Desde 2020 até à data, foram acolhidas em situação de vulnerabilidade social, 8 mulheres, 5 meninas, 23 homens e 1 menino. ----- Apraz-nos registar que, de entre as 532 candidaturas, a do Município do Montijo foi uma das 163 premiadas.”. -----

2. “Campanha “Diz Não à Violência no Namoro” 2025 -----

O amor sempre inspirou a poesia. Foi escrito em versos, cantado ao vento, desenhado no tempo. Mas há histórias que nunca deviam ser contadas, dores que não deviam existir. Foi com esta convicção que a Equipa para a Igualdade da Câmara Municipal do Montijo promoveu a edição de 2025 da campanha "Diz Não à Violência no Namoro". -----

Nesta edição, falámos em rima, porque acreditamos na força da poesia para dar voz a quem se cala. "Lê, sente, partilha" foi a mensagem-chave que ecoou nas redes sociais, incentivando a reflexão e a sensibilização sobre a importância das relações saudáveis e livres de violência. -----

No dia 14 de fevereiro. Dia dos Namorados, foram partilhados stories e posts nas plataformas digitais, com rimas sobre o tema e, como sempre, divulgaram-se as linhas de apoio nacionais e municipais. Mas a campanha não ficou pelo digital. Quisemos que a mensagem chegasse às escolas do e que ganhasse vida, no dia a dia, de quem aprende e ensina. -----

A Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, à Escola Secundária Jorge Peixinho, à Escola Básica D. Pedro Varela e à Escola Profissional do Montijo, fizemos chegar uma "mão cheia" de postais, desafiando alunos e alunas a partilhá-los. A ideia era simples, mas poderosa: ler, sentir e transmitir a importância de dizer não à violência no namoro. -----

A iniciativa teve sucesso entre as alunas e alunos. Expressamos um agradecimento especial aos professores e professoras que acolheram e dinamizaram a iniciativa. -----

O amor deve ser temo, livre e inteiro. Se não for assim, não é amor. Se fere, não é paixão. -----



Diz Não à Violência no Namoro. A mudança começa com a tua voz.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Fico satisfeito com o facto de a Guarda Nacional Republicana remar contra a maré nesta incapacidade generalizada de todas as quase entidades públicas de terem controle sobre a imigração descontrolada e dou os meus parabéns, naturalmente, à Guarda Nacional Republicana e não raras vezes, também, felicito a intervenção que a Polícia de Segurança Pública tem sobre esta matéria. Fico satisfeito também, quer em termos Nacionais, quer em termos locais, o Partido Socialista começou a mudar o discurso sobre esta temática. Recordo que, quando eu falava sozinho sobre este tema, na sessão de câmara chamavam-me todos os nomes e mais alguns, desde André Ventura e imitações baratas e hoje, chegamos à conclusão que, afinal, eventualmente, tenho um grau de exigência maior com o Partido Socialista, mas já estamos todos, quase todos, a remar para o mesmo lado neste sentido. Portanto, fico muito satisfeito, mas fico, no entanto, com uma preocupação, enquanto autarca, de termos uma situação em que, apesar de a Guarda Nacional Republicana funcionar com poucos meios, como sabemos e a Senhora Presidente da Câmara sabe bem, teve uma reunião com o Senhor Coronel, e eu estou convencido que ele deve ter transmitido essa situação, sobre o que está a acontecer em termos de reestruturação da Guarda Nacional Republicana aqui na nossa zona e no nosso distrito, do Poceirão a Canha, particularmente o que está a acontecer no Poceirão e o que irá aumentar ainda mais a nossa zona de patrulhamento, com maior esforço sobre os guardas, mas isso são outros assuntos. Apesar de a Guarda Nacional Republicana fazer este grande trabalho, e a PSP, Polícia de Segurança Pública, não podemos esquecer que não temos uma polícia especializada neste momento, não temos o SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras). O que está a acontecer, eu falo com a comunidade de imigrantes, ainda no sábado tive uma reunião com alguns imigrantes que me disseram que eles próprios reconhecem que continuamos a entrar em Portugal de uma forma um pouco descontrolada. Portanto, o que está a acontecer em Portugal é algo que me preocupa e espero que se recupere novamente uma entidade parecida ou igual ao SEF, porque em todo o mundo democrático existe, só em Portugal é que se resolveu dividir tudo isto por cinco entidades, o que levou à perda de controle sobre esta situação, foi uma decisão miserável, desastrosa, para a segurança do país. É importante também que as deportações, que são decretadas pelos tribunais portugueses sejam cumpridas e que não são. Agora, a Senhora Presidente da Câmara disse que temos ali vinte e tal autos, se não me engano, foi o número de pessoas que entraram ilegalmente em Portugal, ou não estão numa situação legal em Portugal, vinte



e cinco autos de pessoas que entraram ilegalmente em Portugal ou não estão em situação legal no país. Esses autos são remetidos ao Ministério Público, depois vão para o juiz, e o juiz até pode decretar que a pessoa seja deportada, mas depois não se concretiza nada, são decisões que não têm nenhuma concretização na prática. Ora, um país em que as decisões dos tribunais, sobre esta matéria, não são cumpridas, isto não é para levar a sério e este é um problema sério. Eu, se tivesse no lugar do Senhor Coronel e dos seus militares, sentir-me-ia um bocadinho frustrado, tendendo que o seu trabalho é feito, mas depois não há continuidade, e não há consequências práticas. Estas medidas são importantes para a população, mas era necessário que os outros órgãos de soberania também funcionassem, que o resto da cadeia da administração pública funcionasse. Portanto, mantenho o que disse sobre esta matéria, acho que, infelizmente, acertei um bocadinho cedo demais, e gostaria de estar errado sobre este tema, mas o que se passa em Pegões é muito grave e se a Guarda Nacional Republicana não voltar, daqui a uma semana vai encontrar os mesmos problemas e levantar mais autos. Este é um problema que não tem solução tão rapidamente e acho que não estamos a encarar o problema com a seriedade que ele merece. No entanto, dou os parabéns à Guarda Nacional Republicana e felicito também o Partido Socialista por ter mudado significativamente o seu discurso sobre esta matéria. Hoje, gostaria também de falar sobre uma questão que é importante, mas raramente é abordada, que tem a ver com a nossa identidade histórica do Montijo, que está a perder-se. Como sabemos, sempre tivemos uma relação muito próxima com o rio, ao longo dos séculos, nomeadamente no século XX, se criou essa relação com o rio e com Lisboa. Perdemos um pouco essa expressão com a abertura da Ponte 25 de Abril, que teve como consequência perda da navegabilidade, nomeadamente no comércio de mercadorias, perdemos essa dinâmica. No entanto, nunca poderemos perder a nossa relação com o rio e nós perdemos grande parte da nossa relação com o rio. Se continuarmos a ignorar o rio Tejo e o seu assoreamento, particularmente o seu assoreamento, nas próximas décadas vamos perder, praticamente, toda a navegabilidade neste troço do rio. Precisamos de olhar para esta situação de forma estrutural, é preciso envolver os poderes políticos nesta matéria, particularmente a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), o Ministério do Ambiente, porque nós precisamos, rapidamente, de inverter a situação e ter um plano nacional em que envolva os municípios ribeirinhos, para procurarmos soluções para o rio Tejo. Recordo também que, nesse sentido, o facto de nós termos perdido a navegabilidade para transporte de passageiros no nosso rio, aumentámos ainda mais este problema. A navegabilidade do rio Tejo até ao centro do Montijo foi perdida com a



desafetação dos barcos para o extremo da cidade, junto à base aérea. Eu percebo que, com a ideia de construir o aeroporto na base aérea do Montijo, já não haveria possibilidade de alterar essa interface entre o aeroporto e os barcos. Portanto, a existência de um terminal fluvial naquele ponto do Seixalinho, é um pouco mais distante, mas naquela zona era fundamental para o aeroporto a construir na base área do Montijo. Com a desistência desse projeto e com a ideia de se construir o aeroporto em Canha, será necessário repensar a localização do terminal fluvial. Considero que a Câmara Municipal e as próximas Câmaras Municipais devem, de acordo com os estudos económicos e financeiros feitos pela APA e pelo Porto de Lisboa, começar a olhar e a desenhar uma estratégia a médio e longo prazo, porque isto não se resolve a curto prazo, para analisar a navegabilidade do nosso rio e repensar o transporte de passageiros no nosso rio. Não faz nenhum sentido, até sob o ponto de vista económico e da emissão dos gases com efeito de estufa, que o rio não seja mais navegável e que a navegabilidade não venha até ao centro do Montijo. Sob o ponto de vista económico, ambiental e histórico, seria fundamental para o Montijo que se repensasse este projeto, é um projeto que merece o investimento público, merece o investimento do nosso know-how, a nossa preocupação e iniciativa pública. O Montijo não pode continuar assim, se daqui a dez ou vinte ou trinta anos deixarmos de ter esta navegabilidade, o Montijo precisa recentra-se no rio Tejo, e precisa de fazer este investimento e de criarmos ‘lobby’ político, que vai muito para além da Câmara Municipal. Não consigo perceber, por exemplo, como é que a União Europeia tem uma enorme preocupação com a sustentabilidade ambiental e nós temos, cada vez mais, o nosso rio, não só no Montijo, totalmente assoreado. Recordo que no início do século passado, nós tínhamos dezenas de dragas no rio e hoje não temos absolutamente nada. Não é relevante saber se as dragas eram públicas ou privadas, ou semipúblicas ou privadas, aquilo que é relevante é termos a perspetiva de que temos de ter esse trabalho e esse investimento. Por isso, o Montijo precisa rapidamente de inverter este tipo de coisas, isto vai levar muito tempo, provavelmente uma década, se começarmos hoje, mas era preciso criar esse investimento, este projeto, esta ideia, aumentar a navegabilidade, criar maior sustentabilidade do rio, relançar economicamente o rio como fator e ancora de relançamento económico da cidade e do concelho. Considero que as próximas Câmara Municipais terão de pensar nisso, de uma forma estrutura e espero que o façam, muito para além das questões partidárias, que normalmente contaminam estes assuntos, não interessas de quem é que é a culpa, porque a culpa, basicamente, são de todos, não interessa saber que quem fez mal foi o PS ou o PSD, ou partido A ou B, isso agora não é relevante,



o que é relevante é olharmos para o futuro e percebermos que devemos agir e se vale a pena termos a ambição e a esperança de fazermos algo pelo rio, e de mudarmos o panorama da cidade.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso disse: “Concordo consigo na questão do rio, até porque já temos um protocolo com o Porto de Lisboa, por causa da antiga estação dos barcos, no entanto, é um protocolo em que não podemos fazer nada ali. Já tive a oportunidade de reunir com o Porto de Lisboa e remeti uma nova minuta de protocolo, ao qual recebi hoje o protocolo revisto por eles, com algumas alterações, com o objetivo de intervencionarmos aquela zona, até porque o pontão também não está em condições e precisamos de fazer ali uma recuperação e é isso que nos propomos fazer. Também falamos sobre o desassoreamento do rio, que terá de ser tratado por outras entidades superiores, pois está completamente fora de questão, neste momento, considerar essa matéria. Fomos até lá, porque também temos o nosso barco a ser construído e estamos interessados em ter ali um porto para poder colocar o nosso barco. Estamos a tratar essa situação com o Porto de Lisboa, para fazer um novo protocolo, de forma a podermos realizar obras e ficar com aquele espaço por mais tempo. Mas também lhe digo que o Porto de Lisboa informou que vai cobrar pelo uso daquele espaço, nós fazemos as obras, e o Porto Lisboa com o valor das mesmas será deduzido nas rendas, até completar o valor e depois começaremos a pagar. Portanto, o protocolo veio hoje a versão final deles, e iremos analisá-lo, pois o nosso objetivo é também, obviamente, mantermos esta tradição e esta ligação com o rio. Voltando a Pegões, é verdade que estas ações muitas vezes não têm consequências, mas é importante que aconteçam. Na altura, também felicitei o Senhor Comandante quando me deu esta nota, felicitei-o pelo trabalho, porque apesar de agora termos mais militares no posto de Canha e mais viaturas, haverá uma reestruturação, até mesmo ao nível da Proteção Civil, tive a oportunidade de reunir ontem com a Comissão de Proteção Civil Distrital, e também a esse nível irão ocorrer alterações e, por isso, vamos ver como a situação se desenvolve. Sabemos que os meios são poucos e que os militares são poucos, mas eles vão fazendo o trabalho e é importante que a população sinta que tem ali alguém que a vai apoiar, que fala e que toma este tipo de ações, levanta os autos, chama a atenção e fiscalizar, no fundo. Porque no fundo, o que a população sente, muitas vezes, é que ninguém quer saber, e as forças policiais têm um impacto positivo junto da população, dando-lhe segurança, o que é o mais importante.”.

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Gostaria de começar por fazer alguns comentários muito



rápidos sobre aquilo que já foi dito aqui hoje. Queria relembrar que logo no início deste mandato tivemos uma discussão, a bancada da CDU com o então Presidente Nuno Canta, relativamente à navegabilidade deste troço do Rio Tejo. Numa reunião posterior, trouxe o regulamento da APL (Administração do Porto Lisboa) em que se desresponsabilizava pela dragagem do troço do Seixalinho até aqui. Isso parecia muito interessante, agora, o PSD ‘descobriu’ o rio hoje, é engraçado, porque descobrirem isto passados três anos, já é bom, já que comecem a descobrir alguma coisa na nossa terra. Mas quando apresentámos este assunto, a Câmara Municipal, com o anterior presidente, viu-se que ficou completamente parada, sem dar resposta a nenhuma das perguntas que deixámos aqui, desde então, até agora, nada foi feito relativamente a isso. Sabemos que as dragagens têm alguns custos elevados, e isso foi um dos fatores que fez com que a Transtejo quisesse retirar os barcos daqui, com o apoio do Partido Socialista de então, e levá-los para o Seixalinho, provocando todos os problemas que hoje temos na cidade, quer nos fluxos de transporte, que foi a morte do centro do Montijo, a nível do comércio e toda a gente sabe disso e nós alertámos para essa situação na altura. Depois surgiu a proposta, não era de um aeroporto, era um ‘aeroaborto’, porque era mesmo um aborto completo tentar fazer um aeroporto na BA6. Isso começou com o PSD, e depois o PS também seguiu na mesma linha. Portanto, temos que pôr os nomes nas coisas, não podemos esquecer a história, e esta história tem que ser contada e os grandes responsáveis são o PSD e o PS, e é por isso que chegámos a este momento com todas estas situações. Temos que nos lembrar de uma coisa muito importante, os transportes têm que estar próximos das populações e não afastados, porque os transportes existem para servir as pessoas. Quando tiraram os barcos daqui para o Seixalinho, não foi a pensar nas pessoas, foi a pensar nos lucros de uma empresa chamada Transtejo, porque se pensássemos nas pessoas, talvez ainda hoje tivéssemos os barcos aqui e o comércio na Baixa do Montijo a funcionar de uma forma muito diferente. Estas são as políticas que estes dois partidos aplicam, não pensando nos cidadãos, mas sim nos interesses de alguns. Neste momento, a responsabilidade pela possível dragagem, que sabemos que não vai acontecer, porque não acreditamos no Pai Natal, é da APA, e a APA não o vai fazer. Portanto, se não houver uma pressão muito forte, quer da Câmara Municipal, quer com o apoio das populações, isso nunca será resolvido, bem podemos fazer barcos, podemos fazer muita coisa, mas não resolveremos o problema, podemos é ficar com o barco parado, porque depois não vai navegar, esse é o tal problema. Depois, queria dar um toque sobre algo que a Senhora Presidente disse, e que estou de acordo. Agora, temos que pagar os setenta euros à AMARSUL, mas não podemos esquecer, os setenta e sete



euros por tonelada à AMARSUL, mas também não podemos esquecer a história de o porque é que estamos a pagar agora setenta e sete euros à AMARSUL. Sabem por quê? Porque privatizaram a AMARSUL, o PS e o PSD. Mais uma vez, isto tem nomes, e por isso é que agora estamos a pagar setenta e sete euros, porque as empresas privadas querem o lucro e não se importam com as populações nem com as Câmaras municipais, por isso, lá estamos nós a pagar, porque se a empresa fosse pública, pensaria no bem público, e provavelmente não estaríamos a pagar isso, se calhar, pagaríamos trinta euros, ou menos. Mas estas são as opções políticas destes dois partidos, e sobre isso não nos podemos esquecer. O Montijo hoje esta sem as suas piscinas, que estão a ser alvo de intervenção, e que a CDU, quando foi posta perante os factos e os valores, fez a proposta, de fazer umas obras para melhorar as piscinas atuais e que ficassem para o desporto escolar e se fizessem umas piscinas novas já que o valor da intervenção é de três milhões e setecentos mil euros mais IVA, esse valor daria para construir piscinas novas, e a população ficaria melhor servida. Sabemos que, devido a imprevistos na obra, teremos mais trabalhos extras, portanto, neste momento, nem sabemos enquanto vai custar a totalidade das piscinas, nós não temos esse conhecimento, mas a Senhora Presidente poderá depois nos informar, enquanto irá ficar a totalidade, mas ainda vem dar mais razão àquilo que a CDU disse, que vamos ter umas piscinas recuperadas por um valor exorbitante, quando podíamos ter piscinas novas com melhores condições, mas isto, cá está, são as tais opções políticas e quando não se ouve ninguém, cometem-se estes erros. A Senhora Presidente disse que esta semana teve, também, uma reunião com a Proteção Civil, nós sabemos que existe um Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, nós tivemos estes acontecimentos esta semana, no país, com vários sismos, e eu perguntava à Senhora Presidente, por que razão, no Montijo, não temos os chamados pontos de encontro de emergência? Onde é que as pessoas se devem dirigir, caso haja um sismo de alguma magnitude no Montijo? Como é que as pessoas devem atuar? Para onde devem ir? Sendo que esses pontos de encontro deviam de estar sinalizados. Se isso está previsto no Plano de Emergência da Câmara Municipal? Se o plano já está em vigor, qual é a situação? Quando perguntei quais eram os meios da Proteção Civil no Montijo, disseram-me que tinham duas retroescavadoras e eu fiquei um pouco preocupado com isso e com a situação que vivemos no país, pode acontecer uma catástrofe de um momento para o outro, e eu gostaria de saber se a Câmara Municipal já fez algo para se preparar para isso. Para terminar esta minha primeira intervenção, tenho que falar mais uma vez de uma situação recorrente, que são as condições em que muitos jovens praticam desporto na Montiagri. Sabemos que, ao fim de semana, existe no pavilhão a



venda de produtos hortícolas em grosso e o que os pais me têm dito, é que as condições, de higienização, desse local, onde as crianças praticam desporto, não são feitas da melhor forma, ou então não são mesmo feitas. Muitas vezes, encontram restos de hortaliças e até dejetos de animais, julgo que já foram retirados os animais que estavam lá, para o canil, segundo informação que já tentei recolher, mas também já foram encontrados dejetos de animais nesse pavilhão. Não há balneários, nem casas de banho para as crianças, por isso, eu considero que as condições não são as melhores e gostaria de saber o que é que a Câmara Municipal pode fazer para garantir uma melhor higienização desse espaço, para que as crianças possam praticar desporto em condições dignas.”.

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Antes de colocar as questões que tinha para fazer, também gostava de fazer um pequeno comentário. O Vereador Joaquim Correia já abordou aqui a questão, mas não deixo de manifestar alguma estranheza relativamente à intervenção do Vereador João Afonso, sobretudo em relação à questão do rio, quando diz que vai trazer aqui um assunto novo, que pouco de falou e fez toda aquela intervenção que fez, mas basta consultar as atas, não só neste mandato, como noutros. Mas reportando-me só a este mandato, em que a bancada da CDU já falou várias vezes sobre isso, designadamente a questão, e o Vereador Joaquim Correia já mencionou, que é esta história do “vamos esquecer o passado e agora vamos pensar no futuro”, percebe-se porquê, também estamos próximos das eleições. Havia uma empresa pública de dragagens, que foi privatizada em dois mil e um por um governo do PS, à data, e que fazia as dragagens aqui do rio e de outros rios do país. Essa empresa foi privatizada pelo governo do PS com o voto favorável do PSD e a verdade é que, com essa privatização, passados um ou dois anos, a empresa fechou, levou as dragas para outro sítio, porque era uma empresa estrangeira, e nós ficamos sem condições de fazer dragagens. Portanto, as dragagens que agora podemos fazer são contratando fora, e são muito caras e isto deve-se, desde dois mil e um, ao PS e ao PSD, que desmantelaram o que era a empresa pública de dragagens. Depois, dizer que estamos próximos das eleições, e, obviamente, já há pessoas em campanha, e é muito fácil, já se percebeu até na última Assembleia Municipal, vir agora com questões que parecem que inventaram agora, mas relembro, que nas últimas eleições de dois mil e vinte e um, a CDU foi a única força política que tinha no seu programa eleitoral, caso fosse chamada à gestão da câmara, uma das primeiras prioridades seria, para além da frente ribeirinha, a realização de um estudo de viabilidade que permitisse perceber se seria ou não possível trazer novamente os barcos ao centro do Montijo, de onde nunca deviam ter saído. Essa é a nossa perspetiva, sempre foi, fomos contra e está



provado que foi um erro e a CDU em 2021 já tínhamos isso no nosso programa eleitoral, que era perceber essa viabilidade, e percebemos na última Assembleia Municipal que o PSD acordou agora para essa realidade, que afinal se calhar temos de voltar a pensar nisso. Na sequência da Assembleia Municipal, o Vereador João Afonso voltou a falar na navegabilidade do rio, e ainda para mais disse que trazia um assunto novo, parece que nunca tinha sido falado aqui. Pelo que parece, estão preocupados com essa situação, e nós ficamos satisfeitos com isso, porque éramos os únicos e agora, à outra força política também está interessada nisso, ainda bem, mas isto deve-se, provavelmente, à proximidade das eleições. Relativamente à intervenção, já agora só dar uma nota rápida sobre este assunto, a Senhora Presidente fez uma intervenção sobre a ação da GNR em Pegões, e dessa intervenção, em nada eu ali vi que tivesse a ver com imigração, os autos que foram levantados, o que foi apresentado, não tinha nada a ver com isso. O Senhor Vereador João Afonso agarra logo nesta situação para dizer que a culpa é da imigração descontrolada, e, portanto, voltamos a entrar naquilo que tem sido a demagogia, não só aqui como no país inteiro, que está completamente desmistificada pelos documentos oficiais que mostram que a questão da criminalidade não tem a ver com a imigração, mais uma vez, há aqui um aproveitamento deste tipo de questões. Voltando àquilo que eu propriamente tinha para colocar, na reunião de vinte e dois de janeiro, tive a oportunidade de colocar à Senhora Presidente uma questão relativamente à estrada do Seixalinho, a Senhora Presidente disse nessa reunião que a obra já estava adjudicada e que traria a informação aqui à reunião de câmara. O que pergunto é, passado um mês, não nos foi dada essa informação, em que ponto de situação está a resolução daquele problema grave que existe na estrada do Seixalinho, na ligação do Montijo ao terminal? Recebemos um e-mail no nosso gabinete, e o PSD também recebeu no seu gabinete, de uma mãe que informava que na extensão do Areias, que funciona nos contentores do Afonsoeiro, se verificou, a partir de hoje, uma troca de auxiliares nas AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família), em resultado de uma parceria que a câmara fez com uma entidade privada, em que vai substituir as auxiliares que lá estavam por umas novas. A primeira pergunta que temos para colocar é se isto é verdade. Sendo verdade, a preocupação que a mãe nos transmitiu, que é legítima e perfeitamente fundamentada, é que estamos a falar de crianças de três ou quatro anos que, claramente, precisam de pessoas de referência, pois, estamos a meio do ano letivo, e de repente, ficam sem essas pessoas de referência, e aparecem pessoas novas. Todos sabemos que não é a situação ideal e a questão que colocamos é: sendo verdade, como é que é possível uma situação destas acontecer, ou seja, a meio do ano, retirar aquelas pessoas de



referência que as crianças têm e substituí-las por outras? Por último, o estacionamento do hospital, sabendo que não é responsabilidade da câmara aquela parte de terra batida onde a câmara, até há uns anos, colocou um pouco de petão ou de alcatrão para tentar resolver, com a questão das chuvas, está completamente intransitável, e até a parte de alcatrão, sobretudo ali junto à parte da fisioterapia, está cheia de buracos. Não sendo responsabilidade da câmara, alerta para essa situação, no sentido de que a câmara possa desenvolver as diligências necessárias para que de alguma forma possa intervir naquela situação, que está de alguma forma impraticável para a circulação.”.

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, disse: “Em relação ao plano municipal, quero dizer que a reunião que eu tive não foi da Proteção Civil Municipal, foi uma reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil de Setúbal e Alentejo Litoral. Portanto, nós estamos, nesta comissão, a rever o Plano Distrital de Emergência, o plano do Montijo já está feito e já está incluído neste plano distrital. Relativamente a uma questão pontos de encontro, não estão ainda incluídos em nenhum plano, por isso, iremos agora analisar e ver, em conjunto, a melhor forma de enquadrarmos esses pontos de encontro.”. -----

Em resposta ao Senhor Vereador Nuno Catarino, disse: “O que nós adjudicámos foi o projeto da obra, não foi a obra. Eu pedia a ata, porque a obra eu tinha a certeza de que não, portanto tínhamos adjudicado o projeto para a obra do Seixalinho, ainda não o temos, mas é essa a situação. Eu vou verificar se já foi entregue, mas não foi, mas não é a obra, é o projeto, era isso que eu lhe queria dizer, que tinha sido adjudicado. Em relação às animadoras, vou passar a palavra à senhora vereadora Marina Birrento.”. -----

A Senhora **Vereadora Marina Birrento**, no uso da palavra, em resposta ao Senhor Vereador Nuno Catarino, disse: “Primeiro esclareço de forma concreta e depois tento explicar de outra forma. Em primeiro lugar, de facto, como sabem, nós implementámos agora os três protocolos, efetivamente, um deles é na extensão do Areias. Eu tenho exatamente a informação da Divisão da Educação a dizer que: “irão manter-se no Jardim de Infância, para evitar que as crianças e os encarregados de educação, se confrontem com a troca repentina na totalidade da equipa e para apoiar a integração da nova equipa.”. Então, esta semana ainda ficam as quatro pessoas que lá estavam, mais as pessoas que entraram. As pessoas que vão ser trocadas vão ser daquelas quatro salas junto ao refeitório, onde estão três salas do primeiro ciclo e deste lado da escola, estão mais três salas, e as duas pessoas que se vão manter e que as crianças já conhecem vão sair desta sala para aquela sala. Ou seja, realmente vão ser integradas no primeiro ciclo, porquê? Precisamente porque são



integradas nas AAAF esta na nova equipa e vão se manter na mesma escola, no mesmo corredor, à mesma hora de almoço, no mesmo local, duas pessoas que já lá estavam, não vai haver troca nenhuma, vai haver apenas a substituição, de facto, de duas pessoas, mas as pessoas que lá estavam, das quatro, vão continuar. Aliás, este protocolo visa mesmo a tentativa de resolução de uma problemática que já foi mais que amplamente debatida e como sabem, a dinamização das AAAF nos Jardins de Infância do concelho não se consegue preencher a totalidade dos postos de trabalho. Esta autarquia optou pela celebração de um acordo de parceria tripartido entre o Agrupamento de Escolas Poetas Joaquim Serra e com a Banda Democrática 2 de Janeiro, para a implementação desta AAAF na valência da Educação Pré-Escolar do Areias, na EB Rosa dos Ventos e na EB Novos Trilhos. Aproveito também para dizer que hoje houve muitas reclamações da parte da Rosa dos Ventos, porque as quatro auxiliares que lá estavam, as quatro, que são o rácio que nós temos, ficaram as quatro ao mesmo tempo de baixa e que foi graças a termos lá este protocolo, tem uma além do rácio, exatamente, que é de assistente operacional para crianças com necessidades educativas específicas, e graças a termos este protocolo amanhã estamos, de certa forma, salvaguardados. Mas, como é óbvio, estes protocolos visam, exatamente, garantir que se possa retirar pelo menos duas pessoas de cada escola para as colocar noutras áreas onde não havia ninguém ou que não há e estão vagas por preencher. Espero ter esclarecido, as pessoas mantêm-se lá, pelo menos duas mantêm-se na escola. Eu convido-vos a verem a escola, acho que é melhor do que estarem com essa conversa de: “coitadas das crianças vão perder a imagem de alguém que tinham como referência”. Não, não vão, porque elas continuam lá, e como é óbvio, numa escola daquele tamanho, num corredor comum, as pessoas todos os dias se vêm e estão juntas.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, referiu: “Senhores Vereadores, a questão é esta: nós temos imensas reclamações dos pais e tivemos a oportunidade de os ter aqui, e recebemos essas reclamações por e-mail. Mas muitas vezes, há situações em que temos que fechar valências, que é o caso das AAAF, que é o apoio à família no pré-escolar, porque as pessoas estão de baixa. Como a Vereadora disse, e é verdade, na EB Rosa dos Ventos, temos no Jardim de Infância uma pessoa para além do rácio, que não retirámos da escola do ano passado, porque foi lá colocada para uma criança com necessidades educativas especiais e nós, mesmo sem autorização do ministério, mantivemos lá a funcionária e neste momento, não temos ninguém ao serviço, está tudo de baixa médica. Eu falei aqui, quando os pais vieram aqui reclamar sobre esta situação, que íamos tentar encontrar uma solução para resolver esta



questão, porque ninguém pode sair às quinze horas e trinta minutos da tarde do emprego para ir buscar os filhos ao pré-escolar, porque não há componente de apoio à família, não é possível compatibilizar a vida pessoal com a vida profissional com estes horários. Portanto, havia que encontrar aqui uma forma de estabilizar esta situação e por diversas formas já tentámos e achamos que a melhor solução era esta, que vamos agora iniciar, havemos de trazer o protocolo à próxima reunião de Câmara, e iremos tentar estabilizar a situação com esta solução. Mas há aqui outra questão, é que seria muito interessante ficarem lá as pessoas que lá estão e aquelas que vêm agora, mas isso não é possível, temos que encontrar os rácios e o equilíbrio, porque senão não resolvemos o problema da falta de pessoal noutros locais. Portanto, nesse sentido vamos pôr lá umas pessoas e retirar outras, para colocar em sítios onde essas valências também têm que funcionar. As escolas onde esta problemática era maior eram na EB Rosa dos Ventos, na EB do Areias e também já aconteceu este ano na Ary dos Santos, por isso, vamos encontrar uma solução e distribuir as pessoas, porque se não temos pessoas a mais, também não é isso que se pretende. Então, temos que encontrar o equilíbrio para que as coisas funcionem com rentabilidade, porque isto é público, mas tem custos associados que todos nós pagamos. Portanto, aquela escola ficará com as pessoas às quais o rácio define que têm direito a ter, embora na Rosa dos Ventos haja uma pessoa a mais, mas isso tem a ver com a questão, até porque a EB Rosa dos Ventos tem muitas crianças com necessidades educativas especiais e seria importante avaliar essa situação ao nível do Ministério, mas isso são outras questões. Portanto, é esse o sentido que leva a que as pessoas fiquem incomodadas, porque as pessoas queriam que fossem para lá as novas auxiliares e que as outras auxiliares se mantivessem, mas isso não é possível, temos que encontrar o equilíbrio para que todas as escolas funcionem com o número de pessoas que a lei determina e que é obrigatório ter em cada escola, esse é o problema que está aqui.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, em resposta ao Senhor Vereador Nuno Catarino, disse: “Relativamente à questão que o Senhor Vereador Catarino falou de Pegões que não tem nada a ver com imigração, tem Senhor Vereador, tem muito a ver com a imigração. Quando a Guarda Nacional Republicana faz ações por pessoas que estão ilegalmente em Portugal, tem a ver com a imigração, quando a Guarda Nacional Republicana vai a estabelecimentos comerciais, que na maioria dos casos são de pessoas imigrantes ou de redes de imigrantes que usam aqueles estabelecimentos comerciais para ficcionar contratos de trabalho e outros tipos de situações de legalização de imigrantes, a Guarda Nacional Republicana sabe muito bem o



Q
Romé

que está a fazer e por que razão está a fazer isso. Isto não tem nada a ver, a a inspeção que a Guarda Nacional Republicana, a ação, melhor dizendo, não foi feita em Sarilhos, foi feita em Pegões, por uma razão especial, não foi por acaso. Teve a ver com este facto e tem, naturalmente, a ver com a pressão política que tem sido feita e eu não tenho dúvidas nenhuma que o Senhora Presidente da Câmara também falou antecipadamente com a Guarda Nacional Republicana sobre esta temática, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Portanto, eu considero-me relativamente, bem informado sobre esta temática. Por isso, Senhor Vereador, não fuja à questão, eu sei que a CDU tem má consciência sobre esta questão da imigração em Portugal, porque bateu palmas a este descontrolo total e agora quer tentar tapar o sol com a peneira. Como também quer tentar tapar o sol com a peneira quando fala de questões económicas. Eu não me importo nada de falar sobre o passado, o Senhor é que devia de e importar de falar sobre o passado, os senhores têm este mérito, não conseguiram dar um exemplo de um país marxista-leninista que tenha criado riqueza no mundo, os senhores não têm essa capacidade, tanto que os senhores conseguiram falir o império, que era a União Soviética, que tinha ouro, gás, petróleo e todo o tipo de minerais e conseguiram falir aquilo tudo. Portanto, os senhores nesse aspeto do passado, eu não quero falar no passado, porque os senhores estão sempre no canal história e eu acho que devemos olhar um bocadinho para o futuro. Olhando para o futuro, quero também falar relativamente às dragagens, eu daquilo que falo, porque quando estive na administração da Parque Expo, adjudiquei várias dragagens no âmbito da Marina do Parque das Nações, e posso dizer que o custo das dragagens não tem nada a ver com o facto de ser público ou privado, não tem nada a ver com isso, eu vou explicar como é que funciona a economia de mercado. A economia de mercado funciona assim: há várias empresas no mundo, sejam públicas ou privadas, e há um custo médio daquele serviço e quando adjudicamos, sabemos qual é o custo médio daquele serviço, não é por ser público que é muito mais barato, não é nada disso. As máquinas são todas feitas do mesmo sítio, todas têm as mesmas reparações nas mesmas oficinas, pagam todas o mesmo combustível, os mesmos custos nos ordenados, aliás, até que nos privados, por acaso, os ordenados dos trabalhadores são mais caros para as empresas privadas. Portanto, o custo é mais ou menos o mesmo. Isto tem a ver com os preços médios de mercado e com o tipo de equipamento que contratamos. Por acaso, no Parque das Nações nós contratamos dragas de pequena dimensão em Espanha, há muitas na Holanda, etc., isto é um mercado internacional, não é um mercado cá de casa, público ou privado, isto há um mercado internacional que se dedica a este tipo de atividade e há um custo médio, um custo de mercado. O custo aqui em



Portugal é o mesmo custo em Espanha, ou em França, não tem nada a ver com o que o Senhor está a dizer. Mas isto falo eu, com conhecimento, porque já adjudiquei esses serviços. Isto tem a ver com isso, e os senhores têm dificuldade em aceitar, os senhores ainda querem ficar na economia planificada do Brejnev, isso já acabou, já não existe. Igualmente, queria dizer que esta questão do rio é muito importante e a discussão tem que ser feita e tem que ser trazida para a ordem do dia, não é com estas coisas de culpar o PS ou o PSD, mas vou-lhe dizer o seguinte: eu recordo-o que, na altura em que o Partido Socialista, com o acordo do Partido Socialista, foi apoiado pela Câmara Municipal, apesar de não ser da sua competência, a Câmara Municipal tem essa culpa no seu cartório, no seu cadastro político, por ter aceite a mudança para o Cais do Seixalinho dos barcos da Transtejo, eu recordo que, logo a seguir às eleições, o Partido Socialista reforçou a maioria no Montijo, sendo que os muitos dos que votaram no Partido Socialista foram comerciantes, que apoiaram esta medida. Portanto, é bom perceber que até comerciantes, que se esqueciam que precisavam de clientes e apoiaram esta medida. Portanto, é importante discutir seriamente estas questões, para explicar às pessoas, como o Senhor disse, e muito bem, que é preciso centralidade no transporte público. O transporte público sem centralidade não tem hipótese nenhuma, as cidades precisam de centralidade. Isto, naturalmente, tem a ver, provavelmente, com a pobreza que temos nos rendimentos das pessoas, a maior parte das pessoas não consegue sequer ter dinheiro para viajar, e compara com outras cidades e se formos pela Europa fora, os grandes centros de transporte, nomeadamente, fluvial e ferroviário, estão no centro das cidades, isso é uma evidência. Mas nós, provavelmente, estamos um bocadinho atrasados em termos de conhecimento destas matérias, em comparação com o resto da Europa e estamos a pagar hoje um preço de uma decisão errada tomada no passado e vai demorar muito tempo para mudar isto, e é preciso explicar às pessoas a importância disso, explicar, e informar, não é só andar por aí a dizer que é culpa do PSD. O PSD tem muita culpa em muitas coisas, é verdade, mas nesta questão dos barcos no Montijo não tem toda a culpa, tem uma parte da culpa, mas não interessa nada essa questão. O importante é olharmos para a frente, encontrarmos soluções e discutirmos seriamente os assuntos e explicarmos às pessoas a importância disto. Por que errámos? O que deve ser feito de forma diferente? E por que razão um comerciante que tinha uma loja, como, por exemplo, a Taberna do Cinco, que passo aqui a publicidade, estava sempre cheia, desapareceu os barcos e acabou praticamente. Portanto, é preciso explicar isto às pessoas, explicar que, para haver comércio, para a vida nas cidades, é preciso mobilidade, é preciso circulação de pessoas e retirando os eixos de mobilidade, perdemos a circulação



de pessoas e perdemos as cidades e foi isso que aconteceu no Montijo e em muitas outras cidades. Havia uma teoria, até de uns camaradas seus, que achavam que devíamos construir tudo em volta das cidades, os hospitais, e por aí fora e de repente, ficámos sem centralidade nas cidades. Não foi só no Montijo, mas em muitas cidades, não é uma questão que tenha afetado só o Montijo, estaríamos bem no país, se assim fosse, nós perdemos a centralidade das cidades, os centros urbanos. Sim, pessoas de arquitetura e planeamento das cidades, andamos com estas teorias, ainda hoje mantemos, que proíbem a construção em altura, o que só acontece cá em Portugal, isto já acabou em muitos países do mundo. Portanto, é preciso ter uma visão global e ver o que o resto do mundo está a fazer, particularmente os países da Europa desenvolvida. Uma nota final, Senhor Vereador, é verdade que os senhores falam à vossa maneira sobre esta questão, nós falamos à nossa maneira. O facto de nós falarmos sobre este tema, e os senhores já terem falado, nós já falamos disso muitas vezes em vários fóruns, eu já falei sobre esta temática várias vezes. Portanto, os senhores são únicos, mas são únicos de uma coisa, são os únicos que são comunistas, mais ninguém daqui a pouco o é.”. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, referiu: “Relativamente a esta questão, também não me queria alongar muito, mas só queria recordar que o Vereador João Afonso fala aqui da Parque Expo, por isso é que aquilo acabou por falir. A questão das dragagens está mais do que evidente, portanto, não me vou alongar em relação a isso. Em relação à questão do retorno dos barcos e desta descoberta que foi feita agora, não sei porquê, devem de ter feito uma reunião qualquer há umas semanas e agora decidiram apostar nisso, porque veio da Assembleia Municipal e foi transposta para aqui, devem de estar a construir o programa eleitoral e chegaram a essa conclusão. Eu recordo, o Vereador João Afonso não gosta de voltar ao passado, só quer pensar no futuro, o Vereador sabe porquê, é que nas últimas eleições, mais uma vez, volto a dizer, a única força política que tinha no seu programa eleitoral a possível viabilidade de trazer os barcos ao centro do Montijo, de onde nunca deviam de ter saído, era a CDU. O que o PSD propôs em dois mil e vinte e um, para a frente de Ribeirinha era um hospital privado, pago pela câmara, era isso que propunham. Portanto, este tipo de conversa puramente demagógica e eleitoralista, que fica bem, porque as pessoas gostam, por isso é que o Vereador não gosta de revisitar o passado e tentar perceber por que razão agora está a falar sobre este assunto. Em relação a isso, há documentos, há atas, há os programas eleitorais, podemos revisá-los, tanto do PSD como da CDU. Relativamente à questão das dragagens e de que tudo é muito globalizado e o custo é o mesmo, vir uma empresa da Holanda a fazer uma dragagem aqui no



rio é a mesma coisa que ter uma empresa pública a fazer a dragagem, é igual, o custo é o mesmo, foi isso que o Vereador disse. Lembro-me de um Primeiro-Ministro do PSD, o Professor Aníbal Cavaco Silva, quando fechou a Siderurgia Nacional no Seixal, vir dizer que “não é preciso nós produzirmos aço, porque há muito aço na Europa para comprar, não precisamos de produzir”, e isso, hoje em dia, está provado. Aquilo que foi a destruição do aparelho produtivo português tem a ver com esse tipo de ideia: “O preço é o mesmo, a gente não precisa de produzir, a gente compra.”, esta é precisamente a lógica. Relativamente à intervenção da Vereadora Marina Birrento, queria só dizer o seguinte: da minha intervenção fica então provada, que a mãe tinha razão, percebendo aquilo que a Senhora Presidente diz, e percebo, isso não está em causa, tem que haver aqui um equilíbrio, isso não está em causa. Isto também se deve com aquilo que a CDU tem vindo a denunciar, que é a questão da descentralização de competências que leva a este tipo de situações, mas não vou entrar por aí. Mas não posso concordar com a intervenção da Vereadora no sentido de dizer que retiraram duas figuras de referência que aquelas crianças tinham e aquilo que a Vereador diz foi: “tiramos, mas passamos para outra sala, elas depois encontraram-se no corredor.”. Isto não é aceitável, e digo-lhe nos olhos, sem qualquer problema, que não é aceitável para uma Vereadora da educação dizer uma coisa destas, porque nós sabemos bem que, nestas idades, as coisas acontecem dentro daquela sala de aula, as figuras de referência estão dentro da sala, não nos corredores. Dizer que, retira-se de um lado para o outro, estão na mesma escola, encontram-se nos corredores, para mim não é qualquer argumento e dá razão à mãe, porque de facto retiraram as figuras de referência que aquelas crianças tinham, apesar de continuarem na mesma escola, mas não estão na mesma sala, mas encontraram-se nos corredores.”. -

A Senhora **Vereadora Marina Birrento**, no uso da palavra, em resposta ao Vereador Nuno Catarino, referiu: “De facto, fico estupefacta com uma coisa, é óbvio que essas pessoas são figuras de referência e é óbvio que há alguma coisa aqui a partir, seria estúpida se não pensasse isso. Agora, o que eu quero dizer é que é impossível criar uma solução, tal como a Senhora Presidente disse, nós temos que readequar as circunstâncias e os serviços. O que é que eu quero dizer? O que eu acho, e que me deixa estupefacta, foi o esforço imenso que a Divisão da Educação e este executivo do Partido Socialista fizeram durante estes últimos meses para tentar resolver um problema que tem a ver com a contratação de assistentes operacionais, e que tudo foge consecutivamente às nossas mãos. Eu posso vos dizer que esta semana tive uma reunião para saber exatamente os rácios e como é que estava a situação das escolas, e para preparar o próximo ano letivo, para tentar acautelar, já o quanto antes, o maior



número de assistentes operacionais e posso-vos dizer que estes protocolos vêm realmente reforçar aquilo que nós não éramos capazes, nem conseguíamos fazer, não iríamos ser capazes. De facto, há um imenso esforço para tentar resolver quer a questão dos protocolos com as escolas, para garantir as AAFF, as CAF's (Componente de Apoio à Família) e as AEC (Atividade de Enriquecimento Curricular) e a sensação que eu tenho, sempre que aqui estou sentada, é que vocês pulverizam tudo aquilo que é o esforço que se faz para que a escola funcione. Eu não posso deixar de dizer uma coisa: ontem à noite, não posso revelar nem nomes nem circunstâncias, mas, por acaso, até acho que era o governo do PSD, recebi um grande elogio, enquanto Vereadora da Educação, que tive de declinar, porque o mérito não era meu, era da anterior Vereadora, atual Presidente da Câmara. Porque o que disseram foi que, de facto, Montijo tem uma particularidade, deu escola a todas as crianças que se inscreveram, coisa que não aconteceu no resto das escolas aqui à volta, e muitas tiveram que se inscrever em terras que não as delas ou das suas famílias. Assim como Montijo, não tem jornadas duplas, mantém o horário das crianças, assim como Montijo continua a fazer um esforço imenso para que haja escola para todos, incluindo a escola a tempo inteiro, que é aquela que já neste momento está prevista e que garante. Mas com isto, o que eu quero dizer é que eu preciso de ir ouvir elogios fora daqui, e curiosamente, por entidades, que neste momento, são tuteladas pelo PSD e não posso deixar de dizer que esse esforço foi feito ao longo dos anos, e o mérito não é meu, o mérito em causa própria." -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse: "Quando ouvi agora a Senhora Vereadora dizer que nós viemos para aqui tentar pulverizar o vosso trabalho, é totalmente mentira. A Senhora Vereadora deve de estar com uma sensação totalmente diferente, porque está a deturpar aquilo que nós dizemos. Aquilo que nós dizemos aqui até é para tentar melhorar, se a Senhora Vereadora não compreende isso, é outra coisa. O que o Vereador Nuno Catarino expôs aqui, e até podia lhe dar o exemplo, se estão duas pessoas numa sala, podia ter saído só uma, e ficava lá uma como referência para essas crianças, porque uma criança de três e quatro anos, a Senhora Vereadora sabe tão bem, ou melhor do que nós, que essas referências para as crianças são importantíssimas no seu desenvolvimento, porque o impacto de chegarem a uma sala e terem lá pessoas novas, para as crianças, isso tem um impacto negativo, e a Vereadora sabe isso tão bem quanto nós. Nós não estamos aqui a pulverizar trabalho nenhum, estamos aqui a tentar que o trabalho seja melhor, porque o que nos preocupa aqui não é a Vereadora nem a Presidente, são as crianças do nosso concelho, isso é que nos preocupa. Com estas mudanças, e



mais à frente vamos ver que são mais trinta e duas pessoas que vão ser mudadas, isto é que é a nossa preocupação, não é pulverização. Nós não andamos aqui a pulverizar ninguém, nós estamos aqui para defender as crianças do nosso concelho. Senhora Presidente, eu fiz-lhe várias perguntas às quais a senhora Presidente não me respondeu. Foi relativamente a quanto é que nos vai custar as Piscinas. Lembra-se daquilo que eu disse? Toda a intervenção que eu fiz e não me respondeu. Depois, também, relativamente à Montiagri e à higienização dos sítios onde as crianças estão a fazer desporto, também não me respondeu. Agora, vou acrescentar aqui mais uma que a Senhora Presidente da Câmara não me respondeu já à três sessões, que é o tal plano de acessibilidades que a câmara gastou o dinheiro e nunca apareceu. Portanto, também agradecia que me respondesse, se for possível.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Vereador Joaquim Correia, informou que o plano das acessibilidades estava aprovado e já estava feito. Perguntou-se se o Vereador queria que o plano fosse enviado. A informação recebida foi de que o plano estava feito e que se tratava de um plano de acessibilidade, sendo que lhe fará chegar o respetivo documento. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, se o programa já tinha sido implementado. --

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, informou que: “Está feito, eu não disse que foi implementado, só disse que foi feito. Quanto às piscinas, surgiu um problema e temos trabalhos a mais, mandamos para o Tribunal de Contas, não suspende a obra, mas, neste momento, eu julgo que ainda há outras situações. Mas posteriormente, dar-lhe-ei a nota com o valor total. Quanto à questão da Montiagri, eu esqueci-me de passar a palavra ao Senhor Vereador José Santos para responder à questão das crianças da Montiagri.”. -----

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, no uso da palavra, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, referiu: “Relativamente à questão que foi colocada, ela já chegou aos serviços e eu já dei indicação para me darem a informação, porque pode acontecer, uma vez ou outra, que as coisas não fiquem bem limpas, e isso é uma coisa que está fora de questão. Relativamente à questão dos balneários e por aí fora, é uma questão que nós não conseguimos ultrapassar, porque nos falta uma infraestrutura que permita, em condições, acomodar aquelas crianças e esse, digamos, que é um desafio que não iremos conseguir resolver no imediato, mas é o que temos neste momento.”. -----
Em resposta ao Senhor Vereador Nuno Catarino, referiu que o Vereador



levantou uma questão sobre os buracos no hospital, embora não seja da competência da Câmara Municipal, já foi dada indicação aos serviços competentes para resolução desse assunto. -----

O Senhor Vereador José Manuel Santos, deu conhecimento dos Despachos proferidos em 12 de fevereiro de 2025 respeitantes a requerimentos de assuntos de cemitérios da Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitante a esta reunião. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, deu conhecimento dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas, relativamente ao pelouro de que é titular, no período compreendido entre 20 de janeiro de 2025 e 14 de fevereiro de 2025: Licenças Administrativas: 6; Alterações: 2; Informações Prévias: 10; Certidões: 3; Loteamentos: 7. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, submeteu à apreciação a ATA N.º 03/2025, referente à reunião ordinária desta Câmara Municipal de cinco de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, com dispensa da sua leitura em voz alta, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros do Executivo e por todos lida e validada e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido *aprovada com quatro votos a favor, três do PS um do PSD e duas abstenções da CDU*. -----

O Senhor Vereador Ilídio José Viegas Martinho Massacote (PSD) não participou na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 23.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, propôs a admissão de uma proposta a discussão e votação não constante da ordem do dia referente a “Auto de Transferência de recursos do Município do Montijo para a União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, ao abrigo das disposições conjugadas da lei n.º 50/2018, de 16/10, e do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04 - Reversão da competência de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e aprovação de adenda” da Unidade Orgânica: Administração Autárquica, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 21.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. O órgão executivo reconheceu a urgência da proposta e deliberou por unanimidade a inclusão da mesma, pelo que lhe foi atribuído o n.º 1455/2025. -----



Em seguida, procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de -----

----- ORDEM DO DIA -----

I - DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

1- PROPOSTA N.º 1446/2025 - RECRUTAMENTO POR TEMPO INDETERMINADO PARA A CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (PESSOAL NÃO DOCENTE) -----

Considerando que: -----

- Na Reunião de Câmara de 23/08/2023 foi aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 2 postos de trabalho na carreira /categoria de Assistente Operacional (Pessoal não docente) para os Agrupamentos de Escolas de Montijo, Poeta Joaquim Serra e Escola Secundária Jorge Peixinho; -----
- O procedimento acima referido, aberto pelo aviso (extrato) n.º 23295/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 232 - 30 de novembro de 2023, encontra-se concluído e foi homologado pela Sra. Presidente da Câmara a 14/08/2024; -----
- Refere o ponto 4 do aviso de abertura do procedimento concursal que o mesmo foi aberto com constituição de reserva de recrutamento, prevista nos números 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro; ----
- A abertura do procedimento concursal ocorreu de acordo com os pressupostos legais previstos no número 4, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual; -----
- De acordo com o ponto 13.1 do aviso de abertura do procedimento concursal, o mesmo foi aberto de acordo com o pressuposto no artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro - utilização faseada dos métodos de seleção, em que o primeiro método de seleção foi aplicado a todos os candidatos admitidos ao procedimento e o segundo método de seleção foi aplicado a um conjunto de candidatas/as aprovados/as no primeiro método de seleção, convocados por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, na proporção vinte candidatas/as por cada vaga, ou seja, quarenta candidatas/as; -----
- Da abertura do procedimento concursal (1.º tranche de candidatas) resultou a ocupação de 2 postos de trabalho e ficou uma reserva de recrutamento ativa de 27 pessoas que foram contactadas consoante as necessidades de ocupação de idêntico posto de trabalho, conforme previsto no ponto 4 do aviso de abertura do procedimento concursal; -----



- Alguns dos candidatos contactados não aceitaram os postos de trabalho propostos e que, esgotada a primeira tranche de candidatos, procedemos à aplicação dos seguintes métodos de seleção à segunda tranche de candidatos;
- Após aplicação de todos os métodos de seleção obtivemos uma lista unitária de ordenação final com 32 candidatos que podem ser contactados consoante as necessidades dos serviços; -----
- O Mapa de Pessoal para o ano 2025 contempla a necessidade de ocupação de 32 postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional nos diversos estabelecimentos de ensino do concelho e que estes lugares encontram-se acautelados no Plano de Recrutamento para o ano 2025; -----
- Nos últimos anos têm ocorrido aposentações e processos de mobilidade de pessoal não docente, que, até à data, não foram substituídos; -----
- É fundamental promover o regular funcionamento dos estabelecimentos de ensino, dotando-os de recursos humanos que garantam a satisfação das necessidades de carácter permanente nas mais diversas valências; -----
- Os encargos inerentes à ocupação dos postos de trabalho, estão contemplados no orçamento para o ano 2025. -----

PROPONHO: Que nos termos previstos no n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na redação atual, seja concedida autorização para recurso à reserva de recrutamento ativa do procedimento concursal comum, aberto pelo aviso (extrato) n.º 23295/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 232 - 30 de novembro de 2023, para recrutamento e ocupação de 32 (trinta e dois) postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Montijo para o ano 2025, da carreira/categoria de Assistente Operacional (Pessoal não docente), para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente Maria Clara Silva) -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse: “Nós queremos congratular por estas pessoas, até que enfim que aparecem aqui por tempo indeterminado, porque sempre foi por tempo determinado. Portanto, as pessoas que iam para lá também viviam com o coração nas mãos, porque ao fim de três anos iam embora, os tais laços com as crianças perdem-se, entram pessoas novas, não sabem o que vão fazer, ainda vão conhecer o seu trabalho. Por isso, nós congratulamo-nos que agora apareçam estas trinta e duas pessoas por tempo indeterminado, para dar alguma estabilidade às escolas. Considero que, com essa estabilidade, também vamos ter menos baixas, porque as pessoas começam a ficar com outra estabilidade. Uma coisa muito importante, e que nós achamos aqui, e que este debate não é feito em quase nenhuma câmara, salvo poucas, que é aquilo que nós temos vindo a defender relativamente aos



Assistentes Operacionais. Tem de ser criada uma carreira para isto ser atrativo, porque se não for assim, qualquer dia não teremos ninguém a querer ir para as escolas, porque esta é a realidade, porque fala-se muito, mas faz-se pouco e este dinheiro é que é bem gasto, nos nossos filhos, nos nossos netos, porque é o futuro do país que está aqui. Portanto, é preciso dizer na Assembleia da República aos senhores ministros, porque não podemos ter cozinheiras, pessoas especializadas a ganhar o ordenado mínimo, não podemos ter pessoas a lidar com crianças com necessidades especiais a ganhar o ordenado mínimo, porque isto é um país sempre nos mínimos. Os rários são os mínimos, as pessoas ganham os mínimos, e por isso começa a ser o país dos pobrezinhos e é isso que o Partido Socialista e o PSD têm feito durante muitos anos, mas nós não queremos isso, Senhora Presidente. Temos de começar a pensar no nosso país, nas nossas crianças, no nosso futuro, é isso que nós queremos. Por isso, congratulamo-nos com esta primeira parte, há mais passos a dar e estamos cá para defender esses passos e para ir onde for preciso.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, disse: “Já tinha tido a oportunidade de lhe dizer que nós estávamos a contratar pessoas por tempo determinado, porque ainda não tínhamos a rede escolar devidamente consolidada e que, neste início de ano, iríamos abrir este tipo de procedimentos para resolver estas situações quando tivéssemos o número de alunos estabilizado e é isso que estamos a fazer, portanto, nós cumprimos aquilo que dissemos que faríamos. Em relação às categorias, eu concordo com o Senhor Vereador, mas isso ultrapassa a minha capacidade, a única coisa que a Câmara pode fazer é admitir pessoas e dar-lhes formação, não pode fazer mais, porque as categorias não dependem de nós. O que o Vereador diz, que não temos pessoas para as escolas, nem motoristas, porque ninguém quer vir conduzir um camião do lixo a ganhar o ordenado mínimo. Portanto, o que aconteceu na função pública foi uma descaracterização das categorias, nós tínhamos, anteriormente, categorias como Assistentes de Ação Educativa, Assistentes Operacionais, Cantoneiros de Limpeza, Motoristas de pesados, Condutores de veículos especiais, acabou tudo, é tudo medido pela mesma bitola.”. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, qual foi o partido que terminou com a descaracterização de todas essas categorias. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, ainda em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, disse: “Senhor Vereador, eu não fui. Eu já estou como Vereador, temos este problema em mãos e temos que o



resolver. Mas o certo é que, ainda ontem estava a ver no telejornal, que o ordenado médio na função pública são dois mil e não sei quantos euros, não pode ser, não pode ser. Então, se a maior parte dos trabalhadores que nós temos na Câmara Municipal de Montijo, ganham o ordenado mínimo, porque são Cantoneiros de Limpeza, Assistentes Operacionais e são as pessoas nas escolas, este é o maior número de pessoas que nós temos, um motorista ganha o ordenado mínimo. Uma cozinheira ganha o mesmo que um assistente de cozinha, ninguém quer ser cozinheira. Então, por que é que deve ter essa responsabilidade? Mas antigamente havia a categoria de cozinheira e de assistente de cozinha, mas deixou de haver e enquanto esta diferenciação não for feita, não estou a dizer que seja idêntica, mas não voltarmos a encontrar aqui um caminho, e também, temos que exigir, porque para uma cozinheira, tem que se exigir determinadas capacidades, e para um auxiliar de cozinha, tem que se exigir outras. Bem como para as Assistentes da Ação Educativa, também se tem que exigir determinada formação, determinadas especificidades que se enquadrem no trabalho que vão fazer. Agora não, desde que se tenha o 12º ano, depende da idade, tem a ver com a idade da pessoa. Portanto, é este o quadro que temos e dentro deste quadro, temos que encontrar soluções e organizar-nos.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse: “Isto é um bocado daquela conversa do “em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”, mas é bom que as pessoas, os munícipes e os portugueses percebam que nós hoje estamos a pagar erros que se cometeram há dez, quinze ou vinte anos atrás. Isto é como os paquetes ou os grandes barcos, para se começar a fazer uma manobra, tem que se pensar lá atrás, e os erros que se cometeram lá atrás depois refletem-se milhas à frente. Isto para dizer o quê? Como não há coragem política em Portugal, e continua a não haver, para se fazer a reforma do Estado, e ninguém quer fazer isso, andamos a tapar isto com remendos. Uma das coisas que nós vimos a fazer é, por exemplo, algo relativamente simples, mas que mexe com muitos interesses, que é olhar para os orçamentos municipais, eu já disse isso em várias sessões de câmara, e atentar ao seguinte: um orçamento da Câmara Municipal é cerca de 40% a 50%, varia de ano para ano, mas é sempre perto dos 50%, é para ordenados e a verdade é que os ordenados são muito baixos na Câmara. Portanto, o que acontece aqui é que os municípios deviam ter o poder de gerir como entendessem esses ordenados, em função das necessidades e é impossível atrair pessoas com o espartilho que nós temos de ordenados mínimos. Ninguém quer trabalhar por ordenados mínimos e isso não tem dignidade, como é que se pode trabalhar com ordenados mínimos quando o ordenado mínimo, praticamente, no Montijo, não paga uma renda de



uma habitação? Nós percebemos isso, nós entendemos isso, mas como não há coragem política para tomar decisões, vamos continuar com a estrutura do problema a manter-se. Mas, de qualquer forma, apesar de termos este problema aqui em cima da mesa, e termos um problema estrutural no país, há municípios onde as coisas funcionam muito melhor e eu recorro, e estou sempre a dar esse exemplo, porque eu conheço bem o exemplo da Câmara Municipal de Mafra, não sei se os professores que estão aqui hoje presentes, e as pessoas que estão aqui presentes conhecem o exemplo da Câmara Municipal de Mafra, mas a Câmara Municipal de Mafra apostou a sério na construção, designadamente nos centros escolares. Como nós não apostámos na construção de centros escolares, o que acontece é que temos pequenas escolas que, depois, quando falha uma pessoa, é uma carga de trabalhos. Portanto, a política que nós adotámos e que foi sufragada pelos munícipes nos últimos vinte e cinco anos, foi de não apostar nos centros escolares de dimensão. Quando nós temos escolas pequenas, divididas pelo concelho, qualquer problema com o quadro pessoal tem um impacto enorme na escola. Portanto, os centros escolares resolviam, em parte, este problema, porque, falhando uma pessoa ou duas, estão lá sempre outras, e a dimensão está tudo concentrado, nós não quisemos fazer isso, nós validámos estas políticas, não foram os alemães, nem os ingleses, foram os montijenses que validaram essas políticas e aceitaram isso e concordaram com isso e agora, com razão, os pais e as mães queixam-se disto, porque agora estamos a pagar isto e perdemos os fundos comunitários todos lá atrás para fazer os centros escolares, e agora não se consegue fazer ou, pelo menos, para os fazermos, vamos demorar muito mais anos e custa muito mais dinheiro. Aliás, nem vale a pena falarmos sobre isso. Portanto, esse é o primeiro problema, Mafra, por exemplo, apostou nos centros escolares, e não tem este problema, Mafra, por exemplo, tem uma coisa que os senhores sabem, e que a Senhora Presidente da Câmara sabe, tem equipas de supervisão todos os dias no terreno. São Senhores(as) que vão da Câmara Municipal com carrinhas, com um conjunto de medidas e ações fiscalizadoras, verificar nas escolas o que é que se passa, 'in loco', nas escolas, todos os dias. Portanto, o que acontece é que, nas escolas do Montijo, isso não acontece e como não acontece, os problemas brotam mais rapidamente, surgem mais rapidamente, de uma forma surpreendente para quem está aqui sentado na Câmara Municipal. Portanto, não há essa supervisão no terreno e isso não tem nada a ver com o Governo, tem a ver connosco, é uma decisão nossa, não, não, isso existe, equipas de supervisão, e nós não temos isso. Como também temos uma grande dificuldade em promover os trabalhadores aqui na Câmara Municipal, é uma situação que é verdade que existem todas as Câmaras Municipais o problema do absentismo,



mas o absentismo na Câmara Municipal do Montijo é explosivo. Por quê? Porque, estas pessoas que aqui estão hoje, nós vamos abrir as candidaturas e, provavelmente, não será preenchido, ou a maioria das pessoas não aceitará o lugar, o que é que acontece na prática? Nós não podemos mexer nos ordenados, temos este espartilho, mesmo a câmara tenha dinheiro não pode aumentar as pessoas, é a lei, senão a Presidente da Câmara é presa, temos logo esse problema, mas nós podemos, por exemplo, promover incentivos, como dar mais férias às pessoas, por exemplo, como outras câmaras fazem. Por isso, as pessoas já sabem que, se forem assíduas e pontuais, têm mais dias de férias, por exemplo, nós podemos fazer isso, mas não se faz. Portanto, há um conjunto de medidas que temos que tomar a este nível, que hoje esta proposta, que vamos aprovar na Câmara, vai sofrer destes problemas, porque depois, esta proposta que vem hoje para a Câmara, nós vamos aprovar, não vai ter capacidade de responder às ansiedades das escolas. Portanto, há uma dinâmica aqui muito complexa, que tem a ver com a orgânica da Câmara, que é a nossa responsabilidade, não é do Governo e depois temos um problema a montante, que tem a ver com a falta de coragem política dos nossos decisores, nossos decisores na Assembleia da República, nos vários governos, isto tem a ver com isso. Agora, temos que olhar para os bons exemplos, eu não estou aqui a falar da roda, não estou a inventar a roda, é olhar para os bons exemplos, há concelhos com excelente exemplo, excelente exemplo, que padecem dos problemas estruturais que nós temos também, mas que têm muito melhores exemplos e é só copiar aquilo que eles fazem, aprender com quem faz melhor do que nós. Isto tem a ver com o direito comparado, nós andamos sempre a comparar com quem sabe fazer melhor do que nós, e temos que fazer isso e não fazemos isso e somos, enfim, se me permite, sem ofensa, isto agora sem nenhuma ofensa, autistas, fechamo-nos aqui no nosso mundinho, e não olhamos para fora, isto com devido respeito, e sem qualquer tipo de acrimónia, com este o termo. Portanto, isto tem um bocado a ver com isto. Portanto, há aqui uma resignação, e aqui é um bocadinho como, desculpem a expressão, “para aquilo que é bacalhau basta”, nós estamos nivelados pelos mínimos também no Montijo, “para aquilo que é bacalhau basta”, e as pessoas, agora, nós estamos aqui a sofrer as consequências. Esta proposta que vamos aprovar, mais trinta e tal pessoas para este tipo de funções públicas, vai resolver alguma coisa, mas vai resolver muito pouco, a Senhora Presidente sabe o que vai acontecer é que, depois, as pessoas nem sequer aceitam, muitas vezes, são contactadas e não aceitam, por várias razões, tanto que o nível de absentismo é impressionante na Câmara Municipal. Isto tem consequências enormes sobre as escolas e sobre a gestão e eu percebo os pais, percebo aquilo que se passa com as crianças,



nomeadamente, as crianças com necessidades especiais, isto é um drama, porque as crianças precisam daquele nível de acompanhamento, como a Senhora Presidente da Câmara sabe e se perder aquele nível de acompanhamento, o desenvolvimento daquelas crianças está em crise. Portanto, tem que ser naquele ano, não se pode repetir, a criança com cinco anos, seis anos, não pode voltar atrás, perde-se o tempo e tem essa consequência. Portanto, lamento, nós fazemos o que podemos, mas o que podemos, neste caso, é pouco e precisávamos poder muito mais, e eu compreendo o desespero das pessoas, dos professores, dos pais e das mães, mas isto, assim como está, não vai dar. tem que se mudar muita coisa.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, referiu: “Vereador, há aqui algumas questões sobre as quais eu gostaria de refletir em relação ao que o Vereador disse. As escolas têm a sua própria autonomia, quem manda na escola é a Coordenadora de estabelecimento, e quem manda no agrupamento é a Direção do Agrupamento, e não a Câmara Municipal. Quem gere e quem avalia os funcionários que estão nas escolas são as Senhoras Professoras, as Senhoras Coordenadoras e as Senhoras Diretoras de Agrupamento. Portanto, esta é a relação que a Câmara Municipal de Montijo tem com o agrupamento e com as escolas, porque não foi feita uma municipalização da educação. A câmara assumiu as competências nas áreas que lhe eram devidas, mas a escola mantém a sua autonomia, aliás, as Senhoras Diretoras de Agrupamento, o Senhor Presidente anterior e eu própria revoguei agora esse despacho, em que foram atribuídas todas as competências na gestão do pessoal que está nas escolas, porque são elas, exceto as pessoas do refeitório, que são da responsabilidade da câmara e avaliadas pela câmara, todas as outras são da responsabilidade do agrupamento, da senhora coordenadora de estabelecimento. Em relação ao centro escolar, Vereador, o centro escolar traz obviamente melhorias, mas não resolve o problema das pessoas, porque se tivermos duzentas crianças no pré-escolar, temos de ter lá o rácio correspondente às duzentas crianças e no primeiro ciclo, se tivermos cem, temos de ter o rácio correspondente a essas cem crianças, portanto, não reduz o rácio por estarem duzentos ou por estarem cento e cinquenta, e no primeiro ciclo é igual, e no segundo ciclo e no terceiro ciclo. Não pode estar a desafetar serviços de umas áreas para outras, porque depois acontece o que acontece no pré-escolar e no primeiro ciclo, quando é necessário retirar recursos do primeiro ciclo para o pré-escolar. O que importa aqui, é ter o número de pessoas suficientes, que, na prática, nunca é suficiente. Portanto, o que importa é ter o número de pessoas para responder às necessidades das crianças que estão nas escolas, e nós sabemos que não temos.



Não temos, por um lado, o número de pessoas, e muitas vezes, não temos pessoas devidamente capacitadas, mesmo assim, já se exige muito de pessoas que ganham o ordenado mínimo, porque temos escolas com crianças com problemas de diabetes, em que as senhoras têm de pesar a comida antes de a entregar, pesar a comida depois de terem comido, portanto, são grandes responsabilidades para pessoas que ganham o ordenado mínimo e as próprias tem feito formação com as senhoras Enfermeiras da Saúde Escolar para que possam responder a essas necessidades das nossas crianças. O que eu queria deixar claro aqui é que a câmara não municipaliza a educação, as escolas no Montijo mantêm a sua autonomia.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, referiu: “Se me permitir, Senhora Presidente, dizer o seguinte: há as direções dos agrupamentos, e nós sabemos quais são as competências das direções dos agrupamentos, agora a Câmara Municipal tem que ser liderante na política educativa do concelho, e é sua competência. A câmara municipal é que tem legitimidade democrática, tanto que é assim que as pessoas vêm cá à câmara, não vão aos agrupamentos. Porquê? Porque as pessoas muitas vezes nem sabem quem está nos agrupamentos. Por isso, tem que ser a Câmara Municipal, numa relação de coordenação com as direções das escolas. Naturalmente, nós vivemos num estado de direito democrático, há várias competências repartidas, naturalmente, e nós temos que interagir com as direções dos agrupamentos, mas a Câmara Municipal responde perante as pessoas, não são as direções dos agrupamentos. Portanto, como somos nós, temos que dar a cara, naturalmente, temos que ter uma atitude liderante na educação do concelho, isto não pode ser entregue a um burocrata apenas, pessoas, com o devido respeito, que não passam de burocrata, tem que ser entregue a quem tem legitimidade democrática, e é a Câmara Municipal que responde, para o bem ou para o mal. Tanto que assim o é que quando as coisas correm bem, a Senhora Presidente da Câmara, também diz que é mérito da Câmara Municipal, por isso, quando as coisas correm mal, a Câmara Municipal tem que assumir as suas responsabilidades. Isso aqui é inquestionável, e eu não sei o que é que a Senhora Presidente da Câmara quer dizer com “municipalização”, mas nós temos competências próprias da Câmara Municipal, e é da competência do pelouro da educação e nós temos que assumir isso e não enjeitar, ou refutar essas responsabilidades políticas e as responsabilidades legítimas que são nossas, e de legitimidade democrática que são nossas, para mim, isso parece-me claro. Temos que ter uma relação de coordenação com os agrupamentos, isso faz sentido, isto não é a Venezuela, isto é uma democracia, portanto, temos que ter essa relação com as escolas, é um estado de direito, temos que respeitar a



lei e ter essa coordenação. Relativamente também aos agrupamentos, deixe-me dizer o seguinte: os agrupamentos não são só essa questão que acabei de falar. Claro que os agrupamentos não podem diminuir o rácio, pelo contrário, a Câmara Municipal ultrapassa os rácios, está para além dos mínimos do rácio. Mas, por exemplo, os agrupamentos têm muitas outras vantagens, nomeadamente para as crianças com diabetes, e para outras, ao nível, por exemplo, da atividade desportiva, que é um grande défice que temos nas escolas do Montijo, essa atividade desportiva é muito mais assegurada, por exemplo, pelos centros escolares. Portanto, nós aumentamos a qualidade do serviço prestado de educação e isso faz sentido, parece-me que faz sentido. Mesmo estas crianças com necessidades especiais, por exemplo, a atividade desportiva é muito importante, esse estímulo físico é muito importante e os centros escolares têm essa capacidade de prestar melhores condições. Eu lembro-me perfeitamente de visitar o centro escolar da Ericeira, que tem uma piscina enorme, por exemplo, um equipamento desportivo fantástico que depois abre à comunidade, até para a comunidade usar esse equipamento e nós temos enormes dificuldades. Eu reparei, por exemplo, visitei há pouco tempo a escola do Areias, fui lá ver a escola e a escola do Areias usa um equipamento desportivo que está numa situação absolutamente inaceitável, mesmo em termos de segurança, que é o que fica ali, o campo do Areias, exatamente, e o ringue em que os holofotes, um deles caiu, é este o estado em que estamos. Portanto, Senhora Presidente, estamos a pagar aquilo que foram decisões estrategicamente erradas. Eu sou completamente contra a abertura das escolas dos Centenários, não faz sentido essas escolas, essas escolas tiveram o seu momento e hoje a exigência do ensino é completamente diferente. Mas pronto, Senhora Presidente, não quero prolongar mais, mas esta é a minha opinião, não conseguimos ir muito mais além, mas temos que ir um bocadinho mais além.”.

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse: “Fazer só aqui um pequeno à parte antes da minha intervenção, que tem a ver com aquilo que se falou anteriormente e agora parece que dá jeito voltar atrás e dizer que estamos a pagar erros de há dez ou vinte anos. Há bocado, tinha que se esquecer o passado e resolver o futuro, mas agora já dá jeito dizer que são erros que se cometeram há dez ou quinze anos. A questão que se fala aqui dos baixos salários, e falou-se muito da questão dos baixos salários, não se resolve aqui na Câmara Municipal, não é aqui que se resolve a questão dos baixos salários. Os baixos salários resolvem-se na Assembleia da República e aqui, quer PS, quer PSD, nunca tiveram a coragem, porque quando se fala desta forma, também tem que se dizer a verdade às pessoas, que nunca tiveram a coragem de aumentar os salários em Portugal, nunca tiveram essa coragem. Vir aqui de



forma demagógica dizer que o problema são os baixos salários, mas depois nunca tiveram, e não vale a pena dizer que foi o Partido Socialista que esteve no governo não sei quantos anos, porque mesmo quando foram propostas na Assembleia da República para o aumento dos salários, o PSD, mesmo na oposição, votava contra. Portanto, é lá na Assembleia da República que se resolve a questão dos baixos salários, que tanto o PS como o PSD nunca quiseram resolver, depois é muito fácil vir aqui tentar mistificar e enganar as pessoas. Depois, há aqui uma questão determinante, que temos vindo a denunciar desde o seu início, que é a questão da descentralização de competências sem o devido envelope financeiro. O que estamos a discutir hoje aqui, que os pais trouxeram aqui está questão, e que já falámos anteriormente sobre outra escola, antes de os pais terem chegado, relativamente à questão dos assistentes operacionais, tem a ver também com isto, porque quando se vem aqui com exemplos de outros municípios que fizeram isto e que o Montijo não está a fazer ou o que outros fizeram de uma forma e outros fizeram de outra, a verdade é que nós estamos num país que são dez milhões de pessoas, dez milhões de habitantes. A questão da educação deve ser pensada ao nível do governo central, não é ao nível do município. Certamente, podem haver questões que o município pode tratar, agora não podemos é estar aqui a discutir a educação num país da nossa dimensão, a trezentas e oito localidades, que são trezentos e oito municípios, em que cada município, se tem dinheiro pode investir, se não tem dinheiro não pode investir e o Estado Central demite-se da responsabilidade que tem relativamente às crianças e relativamente àquilo que as crianças representam, que é o futuro do nosso país, e passa essa responsabilidade para as autarquias, sem as dotar do devido envelope financeiro. Esse é que é o grande problema, porque é muito fácil vir aqui dizer que a Câmara de Mafra é um grande exemplo, a Câmara de Cascais, espetacular, é um grande exemplo, tem dinheiro. Então, e aquelas câmaras do interior que não têm dinheiro, como é que resolvem o problema? Onde é que vão buscar os assistentes operacionais? Onde é que vão buscar as pessoas qualificadas para acompanhar as crianças com necessidades especiais? Também existem lá no interior, não é só aqui no Montijo, não é só em Cascais, existem no país inteiro e o Estado Central demite-se dessa responsabilidade e quer que uma criança do Montijo, quer uma criança de Freixo de Espada à Cinta, quer uma criança da Guarda ou de Cascais, tem que ter o mesmo direito de acesso à educação, porque vivemos em Portugal e esse direito tem que ser garantido pelo Estado central, não é desta forma que se resolve o problema e nós temos vindo a denunciar isso desde sempre, não só aqui como na Assembleia da República. Depois chegamos a este tipo de situações, “não, não vamos todos viver para Mafra, porque em Mafra é que é



bom”, porque lá investem, e em Cascais investem, aqui no Montijo, não investem. Mas o problema não está aí, o problema está precisamente na forma como o Estado Central se demite, aqui estamos a falar de educação, mas podemos falar de outras questões, da saúde, de tudo, o Estado Central demite-se daquilo que é a sua responsabilidade e passa para as autarquias sem a dotação financeira para poder resolver os problemas. Essa é que é a questão e isso é que tem que se dizer a verdade às pessoas, não é vir aqui comparar Mafra com Montijo, que vai resolver o problema da situação, porque a verdade é que as câmaras cada vez têm menos dinheiro para investir, cada vez têm menos dinheiro e chegaremos lá à frente onde vamos ter as câmaras em muitas dificuldades financeiras para resolver não só os problemas de educação, como outros, precisamente porque é passada esta responsabilidade, o Estado demite-se, mas depois também não manda para cá o dinheiro para resolver. Essa é a questão associada, naturalmente, à questão dos baixos salários, que também não se resolve aqui, é na Assembleia da República e o Partido Socialista e o PSD têm responsabilidade nisso e tiveram tempo de o fazer, e não o fizeram.”. ----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, referiu: “Relativamente aos rácios, o Ministério da Educação definiu uns rácios por número de alunos, mas nós sabemos que a arquitetura das escolas não é toda igual, e conforme a arquitetura das escolas é preciso mais ou menos pessoas para auxiliarem os professores, porque a arquitetura tem muito a ver. Eu, quando ouvi aquela senhora dizer que, se eu não estivesse na parte de trás e não visse.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, disse que a arquitetura das escolas já se encontra contemplada no rácio. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, ainda no uso da palavra, disse: “Está contemplada, mas está mal contemplada, esse é que é o problema e aí que eu quero chegar. Portanto, todas estas situações depois vão dar a que a escola pública está a sofrer um ataque há muitos anos. Eu não me esqueço que o Senhor Ministro, o Crato, dizia que havia professores a mais em Portugal, agora estamos a ver que não temos professores. Depois, a Maria de Lourdes Rodrigues também dizia que não eram precisos quase assistentes operacionais, que os professores também podiam fazer esse trabalho. Agora estamos a ter esses problemas. Depois, descobriram o ouro, que foi passar para as Câmaras Municipais os problemas, as Câmaras Municipais agora estão com problemas e temos o ensino, como disse o Nuno Catarino, e bem, a trezentas e oito velocidades, porque uma coisa que deve ser universal, que é o ensino público,



Ramê

agora temos vários ensinos públicos no país. A Câmara Municipal de Montijo tem um défice terrível com isto, eu tenho visto que há câmaras que gastam mais de oito milhões do que aquilo que o governo dá, e quando não houver dinheiro? Eu já disse isto aqui muitas vezes, e quando as câmaras não tiverem dinheiro, como é que vai ser? Fecham-se escolas? É que temos que pensar nisto. Depois, eu ouvi aqui uma coisa, fartei-me de rir, Mafra deve ser um oásis em Portugal e eu, entretanto, abri aqui e diz assim: “alunos passeiam-se pelos telhados da escola básica em Mafra.”, então, onde é que estão as equipas? Então, onde é que andam as equipas que andam sempre lá a ver? É para verem os alunos nos telhados em Mafra? Ah, não foram lá, não tinham gasolina? Senhor Vereador, vá para Mafra, não diga tanta asneira junta. Este problema é um problema que temos no país e temos que olhar para ele de frente. Sempre que se fala aqui qualquer coisa, vai para Mafra, mas o que é que Mafra tem que o Montijo não tem? Eu faço-lhe a proposta, vá se candidatar à Câmara Municipal de Mafra, é a única solução que tem, porque aqui já o conhecem. Você tenta arranjar uns votos, mas não consegue.”. -----

O Senhor Vereador Ilídio Massacote, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Concordo com o Vereador Joaquim Correia e com o Vereador Nuno Catarino, a educação é um problema nacional. Agora, ouvindo aqui todas estas conversas, percebo que já estamos em pré-campanha eleitoral e começa-se a ouvir falar de Mafra e os centros escolares, mas o problema é que Mafra não tem só centros escolares, também tem escolas do Centenário e outras escolas. Fez centros escolares onde eles existiam, mas, em bom rigor, os pais estão-se a queixar da falta de auxiliares, também é um centro escolar, com pré-escolar e primeiro ciclo, é um edifício mais antigo. É que, às vezes, falamos em centros escolares, uma narrativa que resolve todo os problemas, não resolve tudo. É bom que o município do Montijo comece a construir novos centros escolares com melhores condições para os nossos jovens? Sim, mas isso não resolve tudo. Há pouco estava a ouvir aqui a conversa sobre os barcos para o centro do Montijo, para trazer pessoas para o centro do Montijo, estamos todos de acordo, mas vamos fechar as escolas do Centenário. Fechamos a escola Luís de Camões, fechamos a escola do Bairro da Liberdade, fechamos todas as escolas no centro do Montijo e ficam os edifícios todos desertificados, e o investimento que foi feito. Chega de demagogia pura e barata de quem não sabe o que é a escola pública, quem nunca teve os filhos na escola pública, quem não tem nenhuma noção do que é a educação, vir para aqui largar ‘bitaites’. O problema da educação no nosso país é que, infelizmente, qualquer “pateta” de qualquer ministro que chega lá altera aquilo de acordo com a cartilha dele. A educação, tal como a justiça e a saúde, deveria de ter acordos



governamentais que determinassem que a educação devia de se manter durante vinte anos a ser monitorizado por gente a sério, por professores, por auxiliares, pelos pais, e não pode servir as ambições políticas de ninguém, isso é que tem que ser dito, temos que ter a coragem de dizer. Agora, há outra coisa que também se disse aqui: a autonomia das escolas. A autonomia das escolas é na parte pedagógica e na gestão de algum pessoal, as escolas têm autonomia para gerir os currículos escolares de acordo com a sua perceção do conselho pedagógico da escola, o conselho pedagógico tem essa autonomia para gerir o currículo. A escola, como a Ary dos Santos, o a escola do Bairro da Liberdade, não têm autonomia para contratar, por exemplo, para termos no pré-escolar, Senhora Presidente, aí tem que fazer ‘mea-culpa’, porque há não sei quantos anos que nós temos a dever aos cidadãos do Montijo desporto no pré-escolar. Aqui no concelho ao lado temos desporto universal no pré-escolar para todos os jovens, que é o “Primeiro Salto”, uma empresa que é o “Primeiro Salto2 que está protocolado com a Câmara Municipal. Temos música no pré-escolar, o ensino no pré-escolar não pode ser só um armazém de miúdos sem qualidade, tem que ser uma educação com qualidade, onde os nossos meninos estejam lá, mas saem de lá melhores pessoas e deve continuar depois no primeiro ciclo também, porque a educação não é um custo, a educação é um investimento. Nós, infelizmente, não temos de olhar para Mafra, não temos de olhar para Cascais, temos que olhar para os países nórdicos, para a realidade que eles têm e o que é educação. É preciso investir numa escola, investe-se numa escola, há transportes gratuitos para os jovens irem para a escola, não há falta de auxiliares nas escolas. A escola, a educação e a cultura nos países a sério, nos países ricos, é a prioridade das prioridades e isso não é um problema só do Montijo, é um problema nacional, que não encara isso. O Montijo não é dos piores concelhos, temos que dizer isto, não é dos piores concelhos, mas tem défice de algumas coisas e a Senhora Presidente sabe disso, porque nós já debatemos isso. Este protocolo posso, aliás, conversamos os dois em particular, eu sempre defendi que, se não conseguimos contratar, então faça-se um protocolo com uma associação, de maneira que se resolva estes problemas, porque as nossas crianças e os pais das nossas crianças é que não podem estar às três horas do emprego para vir buscar as crianças e tem que estar no emprego descansados, sabendo que as crianças estão bem e a ter uma educação de qualidade, isto é o que deve ser dito. Agora, demagogia pré-campanhas eleitorais agora, não, ainda estamos em fevereiro, deixem a demagogia para depois, para as ruas.”. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse: “Respondendo aqui a uma questão sobre o custo de tudo isto, os centros escolares, por exemplo,



em Mafra, que falo daquilo que conheço, e nós devemos seguir os bons exemplos, custaram 50% do investimento foi pago por fundos comunitários, 25% por fundos do Ministério da Educação e apenas 25% pela Câmara Municipal. Portanto, o investimento municipal nem foi tão expressivo, não é preciso que as câmaras sejam particularmente ricas, porque existiu esse modelo financeiro de investimento, ou seja, apenas 25% foi da câmara.”. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

2- PROPOSTA N.º 1447/2025 - RECRUTAMENTO POR TEMPO INDETERMINADO PARA A CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO (ANIMADOR SOCIOEDUCATIVO) -----

Considerando que: -----

- Na Reunião de Câmara de 15/05/2024 foi aberto procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico (Animador Socioeducativo) para a Unidade Municipal de Gestão Educativa; -----
- O procedimento acima referido, aberto pelo aviso (extrato) n.º 13641/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 127 - de 03 de julho de 2024, encontra-se concluído e foi homologado pela Sra. Presidente da Câmara a 03/02/2025; -----
- Refere o ponto 4 do aviso de abertura do procedimento concursal que o mesmo foi aberto com constituição de reserva de recrutamento, prevista nos números 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro; ----
- A abertura do procedimento concursal ocorreu de acordo com os pressupostos legais previstos no número 4, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual; -----
- Da abertura do procedimento concursal resultou a ocupação de 1 posto de trabalho e ficou uma reserva de recrutamento ativa de 06 pessoas que poderão ser contactadas, no prazo de 18 meses contados da data da homologação da lista de ordenação final, caso haja necessidade de ocupação de idêntico posto de trabalho; -----
- O Mapa de Pessoal e o Plano de Recrutamento para o ano 2025 contempla a existência de 06 postos de trabalho vagos na carreira/categoria de Assistente Técnico (Animador Socioeducativo) na Unidade Municipal de Gestão Educativa;
- Ocorreram caducidades de contrato a termo de Animadores Socioeducativos a desempenhar funções nas escolas do concelho, designadamente no serviço de apoio à família; -----



- Houve um acréscimo de crianças a frequentar as Atividades de Animação e Apoio à Família; -----
- Estes postos de trabalho representam necessidades permanentes do serviço;
- Os encargos inerentes à ocupação do posto de trabalho, estão contemplados no orçamento para o ano 2025. -----

PROPONHO: Que nos termos previstos no n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na redação atual, seja concedida autorização para recurso à reserva de recrutamento ativa do procedimento concursal comum, aberto pelo aviso (extrato) n.º 13641/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 127 - de 03 de julho de 2024, para recrutamento e ocupação de 06 (seis) postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Montijo para o ano 2025, da carreira/categoria de Assistente Técnico (Animador Socioeducativo), para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente Maria Clara Silva) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Vereador Nuno Catarino não participou na votação da presente proposta em virtude de se encontrar ausente da sala de reuniões. -----

II - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO -----

1- PROPOSTA N.º 1448/2025 - APROVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA, PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTIJO, DO MONTANTE DESTINADO A COMPARTICIPAR INTEGRALMENTE A AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA DE LAVAR ROUPA PARA A EB D. PEDRO VARELA -----

CONSIDERANDO QUE: -----

Como é do conhecimento de V. Exas., o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual versão, procedeu ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios, conferindo-lhes novas competências e organizando-as nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação. -----

O artigo 32.º do referido diploma prevê a assunção, pelos municípios, entre outras, da competência de aquisição de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos desportivos, laboratoriais, musicais e tecnológicos para as escolas. -----

No passado mês de janeiro, a Sra. Diretora do Agrupamento de Escolas (AE) do Montijo remeteu um email a esta Câmara Municipal, através do qual solicitou apoio para a aquisição de uma máquina de lavar roupa para a EB D. Pedro

Varela, uma vez que a existente avariou sem possibilidade de reparação, para efeitos de lavagem de materiais amovíveis dos equipamentos desportivos. -----
PROPONHO a V. Exas. a aprovação da transferência financeira imediata, para o AE Montijo, do montante de 327,00€ (trezentos e vinte sete euros), para efeitos de comparticipação integral da despesa relativa à aquisição do referido equipamento. -----

O AE Montijo deverá posteriormente remeter à Câmara Municipal cópia da fatura relativa à aquisição do equipamento, acompanhada de cópia do respetivo comprovativo de liquidação. -----

CÓDIGO ANO/TIPO/PROJETO: 0802 2025 A 75 -----

CÓDIGO ORÇAMENTAL: 05/04050103 -----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Marina Birrento) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

Pelas vinte e duas horas e quinze minutos a Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, ausentou-se da sala de reuniões e não participou na votação da presente proposta, ficando a presidir a reunião o Senhor **Vereador e Vice-Presidente José Manuel Santos**. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino** não participou na votação da presente proposta em virtude de se encontrar ausente da sala de reuniões. -----

2- PROPOSTA N.º 1449/2025 - APROVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA, PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS POETA JOAQUIM SERRA, DO MONTANTE DESTINADO A ASSEGURAR OS ENCARGOS COM A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE PRODUÇÃO DE ÁGUAS QUENTES SANITÁRIAS DA EB ESTEVAL, NO ANO DE 2025 -----

CONSIDERANDO o seguinte: -----

- A Câmara Municipal de Montijo assumiu, desde o dia 1 de janeiro de 2020, a competência de conservação e manutenção das escolas com 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário do município (com exceção da ES com 3º ciclo Jorge Peixinho, pelo facto do respetivo edifício integrar o património próprio da Parque Escolar, EPE.), nomeadamente as seguintes: EB D. Pedro Varela, EB Pegões, Canha e Santo Isidro, EB Esteval e ES com 3º ciclo Poeta Joaquim Serra, em conformidade com o estabelecido no artigo 32.º do Decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua atual versão. -----

- Neste âmbito, desde 2020, esta Autarquia tem vindo a transferir, para o Agrupamento de Escolas (AE) Poeta Joaquim Serra, o valor correspondente à despesa realizada anualmente pelo mesmo com a manutenção preventiva da central de produção de águas quentes sanitárias da EB Esteval (efetuada regularmente com uma periodicidade trimestral). -----



PROPONHO a V. Exas. a atribuição ao AE Poeta Joaquim Serra, do montante de 2.410,80€, valor que corresponde à despesa a realizar pelo mesmo com a referida manutenção preventiva nos quatro trimestres do ano de 2025. -----

PROPONHO ainda a atribuição adicional do montante de 3.259,50€ ao mesmo AE, para efeitos de pagamento da despesa associada à manutenção corretiva da referida central (fornecimento e montagem do circulador WILO da central de produção de águas quentes sanitárias), cuja necessidade foi identificada na última verificação de manutenção preventiva efetuada. -----

A transferência financeira, para o AE Poeta Joaquim Serra, dos referidos montantes, no valor total de 5.670,30€, deverá ser efetuada de imediato. -----

O AE Poeta Joaquim Serra deverá remeter à Câmara Municipal cópias de todas as faturas relativas à manutenção preventiva e corretiva da central de produção de águas quentes sanitárias da EB Esteval, acompanhadas de cópias dos respetivos comprovativos de liquidação. -----

CÓDIGO ANO/TIPO/PROJETO: 0802 2025 A 74 -----

CÓDIGO ORÇAMENTAL: 05/04050103 -----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Marina Birrento) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

Pelas vinte e duas horas e dezassete minutos deu entrada na sala de reuniões a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, assumindo as suas funções. -----

3- PROPOSTA N.º 1450/2025 - APROVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA, PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLA NÃO AGRUPADA DO MUNICÍPIO DE MONTIJO, DOS MONTANTES FINANCEIROS DESTINADOS A ASSEGURAR OS ENCARGOS COM SERVIÇOS EXTERNOS ESSENCIAIS AO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DE 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO ---

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2019 de 25 de março e alterado pelo Decreto-lei n.º 84/2019 de 28 de junho, pela Lei n.º 2/2020 de 31 de março, pelo Decreto-lei n.º 56/2020 de 12 de agosto, pelo Decreto-lei n.º 16/2023 de 27 de fevereiro e pelo Decreto-lei n.º 125/2023 de 26 de dezembro, procedeu ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios, conferindo-lhes novas competências e organizando-as nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação. O mesmo veio ainda regular o funcionamento dos conselhos municipais de educação. -----

Considerando o artigo 46.º do referido Decreto-lei, foi transferida para esta Câmara Municipal a competência de assegurar os encargos com os serviços externos essenciais ao normal funcionamento das instalações (encargos com



Ramé

água, eletricidade, gás, combustíveis, comunicações, limpeza, higiene e material de escritório) em todas as escolas com 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário do município, nomeadamente as seguintes: EB D. Pedro Varela, EB Pegões, Canha e Santo Isidro, EB Esteval, ES com 3º ciclo Poeta Joaquim Serra e ES com 3º ciclo Jorge Peixinho. -----

De acordo com o ponto 1. do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o financiamento das competências de investimento e gestão das autarquias locais e entidades intermunicipais em matéria de educação, é assegurado pelos mecanismos previstos no respetivo regime financeiro e no Orçamento do Estado. -----

No dia 1 de agosto de 2024, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 44.º, do n.º 3 do artigo 32.º, da alínea d) do artigo 36.º e do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, a Sra. Presidente da Câmara assinou Despachos Delegatórios e Subdelegatórios de algumas competências na área da educação nas Diretoras dos Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada do município, dentre as quais se incluem as duas seguintes: -----

1. Assegurar os encargos das instalações das escolas de 2º e 3º ciclos e do ensino secundário relativos a limpeza, higiene e material de escritório, mediante a transferência financeira, pela Câmara Municipal, dos correspondentes montantes necessários. -----

2. Assegurar, até que progressivamente a contratação dos respetivos fornecimentos e serviços seja efetuada pela Câmara Municipal, os encargos das instalações das escolas de 2º e 3º ciclos e do ensino secundário relativos a água, eletricidade, gás, combustíveis e comunicações, mediante a transferência financeira, pela Autarquia, dos correspondentes montantes necessários. -----

Face ao exposto, PROPONHO a V. Exas. a aprovação da transferência, para os Agrupamentos de Escolas e Escola não agrupada do município de Montijo, dos valores que se apresentam na tabela seguinte, os quais se destinam a suportar os encargos com os referidos fornecimentos e serviços que ainda são, neste momento, contratualizados por aquelas unidades de gestão: -----

Agrupamentos de Escolas / / Escola não Agrupada	Fornecimentos e serviços externos (eletricidade, combustível, água, outros fluidos, comunicações, limpeza e higiene e material de escritório)	Data da transferência
Agrupamento de Escolas Montijo (EB D. Pedro Varela)	3.000,00 €	Imediata
Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra (EB Esteval e ES Poeta Joaquim Serra)	----	-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34

Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro (EB Pegões, Canha e Santo Isidro)	11.000,00 €	Imediata
ES com 3º ciclo Jorge Peixinho	6.000,00 €	Imediata
Total	20.000,00€	

No apuramento destes valores, foi tido em consideração o facto desta Câmara Municipal já ter assumido diretamente a contratação de alguns dos fornecimentos e serviços para os Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada. -----

A transferência financeira dos montantes indicados deverá ocorrer de acordo com o indicado na tabela supra apresentada. -----

Os Agrupamentos de Escolas e Escola não agrupada deverão continuar a remeter mensalmente à Câmara Municipal cópias de todas as faturas relativas aos serviços externos essenciais supra discriminados que forem liquidadas com os valores transferidos pela Autarquia, acompanhadas de cópias dos respetivos comprovativos de liquidação. -----

CÓDIGO ANO/TIPO/PROJETO: 0802 2025 A 74 -----

CÓDIGO ORÇAMENTAL: 05/04050103 -----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Marina Birrento) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

III - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOÇÃO DA SAÚDE -----

1- PROPOSTA N.º 1451/2025 - CENTRO DE CONVÍVIO DOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO MONTIJO - UTILIZAÇÃO DE VALOR SOBRANTE DE APOIO FINANCEIRO -----

Considerando que: -----

1. Nos termos da Proposta n.º 1052/2024 de 15 de fevereiro, foi atribuído apoio financeiro ao Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Montijo para aquisição de trajes para as marchas populares, no valor de 5.000€ (cinco mil euros); -----

2. A instituição informou a 24 de janeiro de 2025, que, desta verba apenas utilizou 1825€ (mil e oitocentos e vinte e cinco euros) na aquisição de trajes e pediu que o remanescente, no valor de 3.175€ (três mil e cento e setenta e cinco euros), fosse utilizado este ano para os mesmos efeitos; -----

3. Embora o ano de realização de despesa do valor remanescente seja diferente do da sua atribuição, o fim é o mesmo e reveste-se do mesmo interesse público;

4. De acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidade e organismo legalmente existentes. -----



PROPONHO: -----

• A autorização para utilização de valor remanescente de 3.175€ (três mil e cento e setenta e cinco euros) em despesas com trajes para as marchas populares. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Marina Birrento) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

2- PROPOSTA N.º 1452/2025 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR -----

A Câmara Municipal de Montijo, através da Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde dá grande importância às políticas de apoio social, nomeadamente à proteção dos cidadãos que se encontram mais vulneráveis. -- A Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde tem por objetivos, entre outros, criar valências no âmbito da solidariedade social e saúde. ----- Para que se possam prosseguir os objetivos elencados pela Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde, é importante a existência de um conjunto de regras e princípios que deve nortear o caminho ate á concretização de tais objetivos. -----

No que respeita ao empenhamento do Município na implementação de políticas de Envelhecimento Ativo, os Projetos de Envelhecimento Ativo promovem o envelhecimento saudável e combatem o isolamento psicológico e social, contribuindo para o aumento da qualidade de vida dos munícipes em fase mais adiantada da vida. -----

O Cartão Municipal Sénior, permite, por sua vez, aos munícipes em situação económica mais vulnerável, o acesso gratuito a projetos e iniciativas educativos e culturais bem como outros benefícios no acesso aos serviços municipais. ----- Desta forma, torna-se necessário proceder à alteração do Regulamento do Cartão Municipal Sénior com vista a aumentar esses benefícios: diminuindo a documentação a apresentar, aumentando os benefícios em projetos e aumentando a validade do cartão. -----

Considerando: -----

1. Que foi aprovada em RC de 17 de outubro a Proposta n.º 1307/2024 relativa ao início do procedimento de revisão/modificação do Regulamento do Cartão Municipal Sénior; -----
2. Que, após término do prazo legal para receção de contributos públicos, conforme disposto em Edital n.º 39/2024 de 22 de outubro, não se registaram quaisquer intenções manifestas; -----



3. Que, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2 f) e h) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, os municípios têm atribuições em matéria de tempos livres e desporto e de ação social; -----

4. Por seu turno, que a Câmara Municipal tem competência para prestar serviços e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nas condições constantes de regulamento municipal, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1 v) do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, e bem assim ao nível da promoção do envelhecimento ativo, nos termos do disposto no artigo 2.º, e) do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na redação em vigor; -----

5. Que a Câmara Municipal tem, ainda, competência para elaborar projetos de regulamentos administrativos, a submeter a aprovação da Assembleia Municipal, à luz do disposto nos artigos 33.º, n.º 1 k) e 25.º, n.º 1 g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013; -----

6. O disposto nos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa e 98.º a 101.º do Código do Procedimento Administrativo, ambos nas redações em vigor. -----

PROPONHO que o Executivo Municipal delibere: -----

a) A aprovação do regulamento que a seguir se anexa; -----

b) A subsequente submissão a ulterior aprovação da Assembleia Municipal, conforme disposto no art.º 25.º g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Marina Birrento) -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse julgar que o regulamento anterior tinha a tarifa social da água associada. Questionando se no novo regulamento, existia desconto e se o valor era igual ao anteriormente aprovado, se seria o 50% de desconto. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Joaquim Correia, disse que no presente regulamento também estaria contemplado o mencionado desconto e que seria o desconto dos 50%. -

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

IV - DIVISÃO DE CULTURA, BIBLIOTECA, JUVENTUDE E DESPORTO -----

1- PROPOSTA N.º 1453/2025 - APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR E A OUTORGAR ENTRE O MUNICÍPIO DO MONTIJO E A ENTIDADE ASSOCIATIVA SEM FINS LUCRATIVOS DESIGNADA POR MOTOCLUBE DO MONTIJO, REFERENTE À “29ª CONCENTRAÇÃO MOTARD”, A REALIZAR NOS DIAS 4, 5 E 6 DE ABRIL DE 2025 -----

Considerando que: -----



1. Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na versão atual; -----
 2. Constituem ainda atribuições dos Municípios “a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (...)”, designadamente no que diz respeito ao património, cultura e ciência, conforme previsto no n.º 1 do art.º 23.º e na alínea e) do número 2 do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na versão atual; -----
 3. De acordo com o modelo da estrutura orgânica do Município de Montijo, incumbe à Divisão de Cultura, Bibliotecas, Juventude e Desporto, entre outras, as funções de “promover e coordenar as ações culturais municipais e estabelecer parcerias com entidades externas, visando dinamizar e otimizar os meios e recursos disponíveis” e também “colaborar (...) com outras entidades na organização de eventos de natureza cultural e desportiva, visando a dinamização das diferentes estruturas culturais e desportivas existentes no Município”, ao abrigo das alíneas c), d) e j)), constantes do art.º 9.º, do Regulamento das Estruturas Flexíveis do Município de Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio; -----
 4. O Motoclube do Montijo, associação sem fins lucrativos fundada em 15 de outubro de 1993, com identificação fiscal n.º 503 566 616, e sede na Alameda Pocinho das Nascentes, n.º 233 em Montijo, pretende promover e realizar nos dias 4, 5 e 6 de abril de 2025, a “29ª Concentração Motard”, e, para tal solicitou à Câmara Municipal de Montijo a cedência e disponibilização dos Pavilhões n.º 1 e n.º 2 do Parque de Exposições “Acácio Soares”; -----
 5. O apoio não financeiro consubstancia-se na isenção do pagamento referente à utilização e cedência deste equipamento no valor de 6.871,04€ (seis mil oitocentos e setenta e um euros e quatro centavos), acrescido de IVA à taxa legal, calculado com base nos valores constantes no Regulamento e Tabela de Tarifas do Município de Montijo em vigor; -----
 6. À iniciativa em apreço, subjaz interesse público municipal, uma vez que o evento em causa comporta um vasto conjunto de atividades culturais. -----
- PROPÕE-SE QUE: -----
1. A Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições, designadamente nos termos das alíneas o) e u), n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, delibere aprovar o Protocolo de Colaboração, referente à realização da “29ª Concentração Motard”, a celebrar e a outorgar entre o Município de Montijo e a associação Motoclube do Montijo, anexo à presente proposta e cujo teor se dá por integralmente reproduzido nesta sede para todos os devidos e legais efeitos. -----



2. A Câmara Municipal do Montijo delibere aprovar ademais a concessão de um apoio financeiro, de acordo com a minuta de Protocolo de Colaboração que se anexa, transferindo a verba financeira para a conta PT500045546140048520243 74 titulada pelo Motoclube do Montijo. -----
3. O apoio financeiro seja concedido através da rubrica orçamental n.º 06/04.07.01.99. -----
4. Delibere igualmente conceber os apoios não financeiros enumerados na minuta do Protocolo de Colaboração que se anexa. -----
5. A atribuição do presente apoio financeiro conste da relação a publicar anualmente no site desta Autarquia, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 4 da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto. -----
6. Notifique-se o Motoclube do Montijo. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente Maria Clara Silva) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada com seis votos a favor, três do PS, dois da CDU e um do Vereador Ilídio Massacote (PSD) e um voto contra do Vereador João Afonso (PSD). -----

2- PROPOSTA N.º 1454/2025 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO GMCL - GRUPO DE MÚSICA CONTEMPORÂNEA DE LISBOA, REFERENTE À REALIZAÇÃO DE QUATRO RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS E APOIO AO VII CONCURSO INTERNACIONAL DE COMPOSIÇÃO -----

Considerando que: -----

1. Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na versão atual; -----
2. Constituem ainda atribuições dos Municípios “a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (...)”, designadamente no que diz respeito ao património, cultura e ciência, conforme previsto no n.º 1 do art.º 23.º e na alínea e) do número 2 do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na versão atual; -----
3. De acordo com o modelo da estrutura orgânica do Município do Montijo, incumbe à Unidade Municipal de Equipamentos Culturais e Promoção da Cultura da Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, entre outras, as funções de “apoio aos agentes culturais externos (instituições, movimento associativo, e sociedade civil) que desenvolvam a sua atividade cultural e recreativa no Concelho criando as condições para garantir o envolvimento da comunidade” e “acolher diferentes manifestações culturais provenientes dos agentes culturais locais, que pelo manifesto interesse para o Município merecem acolhimento, criando as condições artísticas, técnicas e logísticas



para a sua plena concretização”, ao abrigo das alíneas h) e m), constantes do artigo 24.º do Regulamento das Unidades Flexíveis do Município de Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 56 de 19 de março de 2024; ----

4. O GMCL - Grupo de Música Contemporânea de Lisboa foi fundado em 1970 pelo compositor montijense maestro Jorge Peixinho, figura de relevo nacional e internacional; -----

5. Os principais objetivos desta iniciativa prendem-se com a divulgação da música erudita fomentando a criação artística, a produção e a apresentação de novas obras, o aparecimento de novos músicos e compositores, bem como perpetuar o nome de um dos maiores e melhores compositores europeus do século XX - Jorge Peixinho - concedendo uma crescente visibilidade à cidade do Montijo enquanto promotora de eventos de cariz internacional; -----

6. A Câmara Municipal do Montijo propõe-se manter a parceria com o Grupo de Música Contemporânea de Lisboa. -----

PROPÕE-SE QUE: -----

1. A Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições, designadamente nos termos das alíneas o) e u), n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, delibere aprovar a atribuição de um apoio financeiro no montante de 12.000,00€ (doze mil euros), transferindo a verba financeira para a conta titulada pelo GMCL - Grupo de Música Contemporânea de Lisboa, através do IBAN PT50 0007 0010 0025 7350 0013 3, correspondente:

i. Ao valor de 9.000,00€ (nove mil euros), a realização de quatro residências artísticas (num total de oito sessões), com instrumental (piano) e quatro concertos para o público em geral, a decorrer na Casa da Música Jorge Peixinho;
ii. Ao valor de 3.000,00€ (tês mil euros), para apoio ao VII Concurso Internacional de Composição. -----

2. Que a comparticipação financeira seja disponibilizada em duas tranches, da seguinte forma: -----

a) 1ª tranche até 30 de abril de 2025 no valor de 6.000,00€ (seis mil euros); ---
b) 2ª tranche até 30 de junho de 2025 no valor de 6.000,00€ (seis mil euros). -

3. A Câmara delibere igualmente conceder apoios não financeiros, designadamente a cedência do auditório da Casa da Música e o apoio na comunicação e divulgação das residências e dos concertos. -----

4. A presente deliberação respeite o disposto no art.º 56.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

5. Notifique-se o GMCL - Grupo de Música Contemporânea de Lisboa. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente Maria Clara Silva) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----



V - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA -----

1- PROPOSTA N.º 1455/2025 - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DO MONTIJO PARA A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO, AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA LEI N.º 50/2018, DE 16/10, E DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30/04 - REVERSÃO DA COMPETÊNCIA DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS E APROVAÇÃO DE ADENDA -----

Considerando que: -----

A) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - veio estabelecer o enquadramento jurídico da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local; -----

B) O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, veio, por sua vez, concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias; --

C) A transferência de recursos para a União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro foi aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do Montijo, realizada em 29 de novembro de 2023 e na 2.ª reunião da 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal do Montijo, realizada em 18 de dezembro de 2023, e na reunião da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, realizada em 07 de dezembro de 2023 e da Assembleia de Freguesia realizada em 20 de dezembro de 2023; -----

D) Em 03 de janeiro de 2024, foi celebrado o Auto de Transferência de Recursos entre o Município do Montijo e a União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro;

E) A União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, através do seu Presidente, em reuniões realizadas, manifestou não poder continuar a assumir a competência para a gestão e manutenção das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros na área do Afonsoeiro, Areias e Esteval, por considerar a verba transferida pelo referido Auto de Transferência insuficiente; -----

F) A mencionada competência compreende, ao abrigo da cláusula 4.ª do Auto de Transferência a “(...) prática de todos os atos necessários a assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, nomeadamente, a varredura, manual ou mecânica, a aplicação de produtos fitossanitários, corte de ervas, a desobstrução e limpeza de sarjetas e sumidouros e a recolha de lixo grosso, na área do Afonsoeiro, Areias e Esteval, identificada no Anexo I ao presente auto e que dele faz parte integrante.”; -----

G) Nas reuniões realizadas, e tendo em vista a avaliação e acompanhamento do desempenho das competências e recursos transferidos para a União das



Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, foi sempre solicitado ao Senhor Presidente da União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro o envio do relatório de execução do Auto de Transferência, acompanhado dos respetivos documentos de despesa, a que aquela Edilidade se encontra obrigada trimestralmente pelo mesmo; -----

H) A União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro até à presente data, não procedeu ao envio do relatório de execução do Auto de Transferência, acompanhado dos respetivos documentos de despesa, a que se encontra obrigada, nos termos da alínea f) da cláusula 16.^a e do n.º 3 da cláusula 17.^a do Auto de Transferência; -----

I) Em 01 de janeiro de 2025, a União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro deixou de proceder ao exercício da competência de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; -----

J) A limpeza urbana é fundamental para a saúde pública, meio ambiente e qualidade de vida da população e é crucial para prevenir a propagação de doenças; -----

K) O Município do Montijo, tendo em atenção a importância que a limpeza urbana reveste para a população, tem que assumir a competência urgentemente; -----

L) Por ofício datado de 13 de fevereiro de 2025, em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante, a União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro remeteu à Câmara Municipal do Montijo deliberação da reunião extraordinária da Junta de Freguesia da União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, realizada em 23 de janeiro de 2025 e deliberação da Assembleia de Freguesia, realizada em 28 de janeiro de 2025, onde foi deliberado aprovar a adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos do Município do Montijo para a União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro e respetiva minuta de adenda; -----

M) Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, “pode ocorrer a reversão das novas competências transferidas para as freguesias por acordo entre as partes.” -----

N) Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma acima indicado, “A reversão das competências produz efeitos em data a acordar entre as partes e implica o regresso dos recursos humanos e patrimoniais afetos àquelas competências” e, nos termos do n.º 3, “No caso referido no número anterior, os postos de trabalho da mesma carreira e número que tenham sido transferidos para as freguesias são aditados ao mapa de pessoal do município.”

O) A transferência de competências e recursos para as freguesias, bem como a alteração dos mesmos e reversão das competências, que obtenham o acordo da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 34

câmara municipal e da junta de freguesia é submetida à aprovação dos órgãos deliberativos, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

PROPONHO: -----

Que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º, do n.º 3 do artigo 6.º e dos números 1 a 3 do artigo 7.º, todos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, numa interpretação atualista da alínea m) e na alínea ccc), ambas do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere submeter à Assembleia Municipal para deliberação, a aprovação da Reversão da Competência de gestão e manutenção das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, transferida para a União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro através do Auto de Transferência de Competências, celebrado em 3 de janeiro de 2024, por acordo entre o Município do Montijo e a União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, nos termos da minuta de Adenda ao Auto de Transferência que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta para todos os efeitos legais. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente Maria Clara Silva) -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, referiu: “A União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, através do seu presidente, em reuniões realizadas, manifestou não poder continuar a assumir a competência para a gestão e manutenção das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros na área do Afonsoeiro, Areias e Esteval, por considerar a verba transferida pelo referido Auto de Transferência insuficiente. Nas reuniões realizadas e tendo em vista a avaliação e acompanhamento do desempenho das competências e recursos transferidos para a União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, foi sempre solicitada ao senhor presidente da União de Freguesias o envio do relatório de execução do Auto de Transferência, acompanhado dos respetivos documentos de despesa a que esta edilidade se encontra obrigada trimestralmente. A União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, até à presente data, não procedeu ao envio do relatório de execução do Auto de Transferência, acompanhado dos respetivos documentos de despesa a que se encontra obrigada, nos termos da alínea f) da cláusula 16.ª e do número 3 da cláusula 17.ª do Auto de Transferência. A limpeza urbana é fundamental para a saúde pública e, aqui, quero pedir desculpas aos residentes nestes três bairros, pois, embora os nossos trabalhadores estejam a fazer um esforço para realizar a higienização destes bairros, ela não está a ser feita nas devidas condições. Por isso, em nome da Câmara Municipal, apresentamos o nosso pedido de desculpas. Mas, como eu dizia, a limpeza urbana é fundamental para a saúde pública, o



af
Prémé

meio ambiente e a qualidade de vida da população, sendo crucial para prevenir a propagação de doenças. O Município do Montijo, tendo em conta a importância que a limpeza urbana reveste para a população, tem de assumir a competência urgentemente. Por ofício datado de treze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante, a União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro remeteu à Câmara Municipal a deliberação da reunião extraordinária da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro realizada em vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e cinco e a deliberação da Assembleia de Freguesia realizada em vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco, onde foi deliberada aprovar a adenda ao Auto de Transferência de competências e recursos do Município do Montijo para a União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro e respetiva minuta da Adenda. Assim, propomos que a Câmara Municipal, ao abrigo da legislação na sua atual redação, delibere submeter à Assembleia Municipal, para deliberação a aprovação da reversão da competência de gestão e manutenção das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, transferida para a União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro através do Auto de Transferência de competências celebrado em três de janeiro de dois mil e vinte e quatro, por acordo entre o Município e a União de Freguesias, com efeito a um de janeiro de dois mil e vinte e cinco, nos termos da minuta da Adenda ao Auto de Transferência que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta para todos os efeitos legais. Senhoras e senhores vereadores, têm na vossa posse a proposta que o senhor presidente nos remeteu, referente à adenda ao Auto de Transferência, que colocamos à vossa consideração, pois só assim será possível iniciarmos de imediato um processo para aquisição de serviços para a limpeza daqueles três bairros, de extrema importância para as populações. Por isso, ponho à vossa consideração e discussão esta proposta.”. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, disse: “Não estive presente na última reunião de Câmara, mas assisti depois à gravação e quero tecer aqui alguns comentários. No dia dezasseis de agosto de dois mil e vinte e quatro, o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Montijo, Fernando Caria, em nome de todos os presidentes das juntas do concelho de Montijo, enviou um email à Senhora Presidente a solicitar o agendamento de uma reunião conjunta apresentando como prioridade na ordem de trabalhos os autos de transferência. Esta reunião só se realizou a quinze de novembro e, nessa reunião, as juntas de freguesia do concelho de Montijo, pela primeira vez, não foram ouvidas antes da elaboração do orçamento municipal, apesar do pedido de reunião e das preocupações manifestadas junto da Câmara. A junta de freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, assim como todas



as juntas do concelho, não tiveram a possibilidade de discutir possíveis alterações aos autos de transferência, nomeadamente, não foram salvaguardadas as atualizações salariais, nem tiveram a possibilidade de reivindicar melhores condições financeiras para prestar um serviço de maior qualidade aos seus fregueses. A conclusão que tiro deste triste episódio é que a Câmara Municipal não acautelou o serviço público e o bem-estar dos montijenses e preferiu uma estratégia tacticista para ganhar um trunfo para a campanha pré-eleitoral. A Câmara Municipal do Montijo podia e devia, a um de janeiro, assumir a responsabilidade da higiene urbana do Esteval, Areias e Afonsoeiro. Como eu ouvi na reunião de Câmara passada, não era ilegal, só é ilegal quando há usurpação de poderes, e aqui não havia usurpação de poderes, porque o senhor presidente da Junta já tinha por email manifestado essa decisão. Deveria ter solicitado também à DGAL que não transferisse as respetivas verbas para a União de Freguesias do Montijo. A senhora Presidente foi informada de que a verba era insuficiente com bastante antecedência, inclusivamente foi informada com antecedência do comunicado da Junta, que saiu depois nas redes sociais. A Câmara afirma que não existiam relatórios, sim, mas também está previsto que a Câmara poderia indicar um técnico para monitorizar a execução do Auto de transferência e não o fez, pois, a comissão de acompanhamento também não agiu. Se a Junta não cumpriu com a burocracia, a Câmara também negligenciou a sua fiscalização. Aliás, a Câmara só, a dezanove de dezembro, comunica à Junta que não era possível acautelar os recursos financeiros necessários para a execução das competências. Eu, como exemplo, contrato uma empresa para limpar a minha casa e essa empresa, cada vez que executa o trabalho, leva cem euros. Durante algum tempo, o valor mantém-se, mas no ano seguinte, o ordenado mínimo aumenta, os impostos aumentam, os produtos de limpeza aumentam e a empresa solicita mais trinta euros para desempenhar o mesmo serviço. E eu digo que não posso pagar mais. É óbvio que a empresa deixa de prestar o serviço e a casa fica suja. Eu só tenho duas opções: ou pago mais trinta euros, ou faço o meu serviço. E é isso que a Câmara deveria ter feito logo. Não precisei de relatórios para verificar que a casa estava limpa, tal como a Câmara sabia que o serviço esteve a ser feito até dezembro. Os relatórios, é verdade que a Junta devia ter entregue, mas volto a dizer, a Câmara também devia ter solicitado. E também negligenciou o papel de monitorizar. Afinal, para que serve a comissão de acompanhamento? Os relatórios são uma obrigação acessória, não o essencial. O principal é o exercício das competências, a limpeza das ruas. Devemos ser claros e honestos com os montijenses e não podemos dizer que a Junta incumpriu quando as ruas foram sempre limpas até trinta e um de dezembro. E



só deixaram de ser limpas porque umas burocracias de uns relatórios não foram cumpridas. Há outro ponto que deve ser dito, a Câmara estava informada. Porque não iniciou o procedimento da devolução das competências? Porque eu tenho aqui o Auto de Transferência e o brasão que vem aqui, e os municípios podem ver, é o brasão da Câmara Municipal, não é o brasão da junta. E no Auto de Transferência diz que a Câmara também podia terminar o Auto de Transferência, não precisa de ser a Junta a fazer isso. Porque é que foi a Junta a despachar primeiro? Na última reunião de Câmara de cinco de fevereiro, já havia as deliberações da junta de freguesia. Porque é que não veio logo aqui a revogação da adenda ao contrato da Assembleia de Freguesia? Não podem dizer que tinha que ser a junta, porque eu tenho aqui no auto de transferência, e diz que a proposta foi da Câmara. Então, por que não tratámos disto aqui? Parece que, agora, a culpa do estado da limpeza da freguesia é toda da junta, até parece que o nosso Montijo está um primor. Quem me dera que o problema da higiene urbana fosse só por a junta ter dito que precisava de mais verba para a higiene urbana no Areias, no Esteval e no Afonsoeiro, e que, durante este tempo, já não fosse feita. A Senhora Presidente, já admitiu aqui que o Montijo tem um problema de eficiência na higiene urbana, todos nós sabemos disso. E é isso que eu pergunto: no resto da cidade, também é junta? Agora deixem-me só falar um bocadinho de política, porque também estamos aqui num órgão político. Será que ao PS não dá jeito ter algo para bater na junta? Este episódio é a prova que o movimento independente que surgiu assusta muito o bloco central, e foi muito engraçado ver na última reunião de Câmara o Senhor Vereador João Afonso e a Senhora Presidente, que nos últimos 8 anos disseram um do outro aquilo que Maomé não diz ao bacon, estarem de mãos dadas a contar o inimigo comum. Sabem, senhores, é por causa dessas e de outras que os montijenses e os portugueses cada vez mais deixam de acreditar nos políticos, cada vez mais abstenham-se. Porque isto não vai lá com partidarites. O Montijo precisa é de visão e de coração, não precisa de partidarites.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, referiu: “Isto é um órgão de decisão política e não há democracia sem partidos políticos, ao contrário do que o senhor Vereador pensa. A democracia só existe com partidos políticos, e, portanto, essa questão dos partidos políticos... E eu, ao longo destes anos, tenho estado aqui com o Vereador João Afonso e ele sabe bem que quando ele tem razão, eu dou-lhe razão. Quando não tem, digo-lhe tudo aquilo que penso, e ele faz o mesmo. Não somos aqui amigos um do outro. Agora, quando está em causa uma questão, muitas vezes já lhe tenho dito: concordo consigo ou não concordo, a democracia é assim. Mas há uma coisa Vereador, mentiras não. Eu não tenho aqui, ao contrário do senhor Vereador, qualquer



motivação política, porque eu não me vou candidatar a nada. Quando chegar ao final deste mandato, deixarei a câmara de mãos limpas, como quando entrei. Portanto, não há aqui da minha parte qualquer tipo de motivação política, mas haverá, enquanto eu aqui estiver, a defesa até ao último minuto dos interesses da Câmara Municipal. E é isso que farei enquanto aqui estiver. A câmara iniciou um processo de transferência de competências com as juntas de freguesia, e para que os senhores munícipes saibam, o Auto de Transferência vem à Câmara depois de ter sido aprovado pelos órgãos da freguesia, pelo órgão junta e pelo órgão Assembleia de Freguesia, e só depois é que aqueles que vão aceitar as competências, depois de as terem aceite, é que a Câmara traz aqui ao seu órgão para aprovar e leva à Assembleia Municipal. Não é ao contrário. É assim. Isto foi quando os autos foram feitos. O senhor presidente da junta teve as reuniões que teve comigo e disse que não queria, que não tinha capacidade financeira, não tem nada a ver com orçamentos nem com reuniões, não tem nada a ver com nada disso. O senhor presidente disse que não tinha capacidade financeira para, com o dinheiro que a câmara lhe transferia, continuar a fazer a limpeza, e eu disse: muito bem, a Câmara assumirá essa competência. Mas não foi a câmara que disse que queria a competência, foi o senhor presidente da junta. Portanto, se foi o senhor presidente da junta, é o executivo da junta e a Assembleia de Freguesia, que têm que vir por deliberação dizer à Câmara Municipal que a verba não é suficiente e que não está interessado em continuar. O senhor presidente da junta vem dizer isso, mas não vem dizer na data que o senhor diz. O senhor está a dizer que eu podia ter trazido isto à última reunião de câmara. Quer dizer, também não vale tudo. Não vale tudo! Senhor Vereador, o Senhor Presidente da junta enviou-me um ofício no dia treze, que eu recebi no dia quatorze, e que até tive oportunidade de referir na Assembleia Municipal. Está aqui a data, o dia quando cá chegou, e inclusive disse logo até ao vereador Joaquim Correia que estava ali perto, que tínhamos, se calhar, que fazer uma reunião extraordinária. Não foi o caso, fizemos nesta. Em relação à comissão de acompanhamento, também não é verdade, porque quando eu aqui cheguei, não havia comissão de acompanhamento. Mas a primeira coisa que eu fiz foi nomear uma comissão de acompanhamento. E a comissão de acompanhamento tem os senhores presidentes de junta, tem um responsável da DOSUA e tem um responsável da divisão de educação. Mas essa comissão de acompanhamento tem a função de rececionar os relatórios dos senhores presidentes de junta, como foi o caso da senhora presidente de Sarilhos, avaliar in loco se aquilo que a senhora presidente diz é verdade e ratificar. Portanto, a comissão de acompanhamento existe, está composta, está tratada, mas não estão cá os relatórios do senhor presidente da junta, e isso é que tem que estar.



Remé

E, em relação aos vencimentos, se o senhor Vereador quer ir por aí, eu também vou. Em janeiro, já referi isto aqui, todas as juntas do Montijo têm na sua posse uma verba que receberam para os vencimentos de janeiro a mais, que não pagaram. Porque em janeiro ainda foi a câmara a pagar. Está lá para devolver há um ano, ainda ninguém me disse que estava lá para devolver. Ainda ninguém me devolveu. Eu mandei um ofício e ninguém me respondeu. Aliás, não fui eu que mandei, ainda foi o Presidente Nuno Canta. E, em relação aos vencimentos, também faleceu um trabalhador que recebia por ordenado do teto máximo, e, portanto, foi contratado outro que recebe o ordenado mínimo. O senhor disse que a câmara não tinha feito os acertos dos vencimentos. O senhor Vereador disse que a câmara não tinha negociado o aumento dos salários dos trabalhadores.”. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, disse: “Mas eu disse isso, em relação ao aumento dos custos que a junta tinha, o aumento do vencimento do ordenado mínimo, porque a empresa que é contratada tem custos associados ao serviço que desempenha. Então fui eu que me expliquei mal. O que eu quis dizer, e é isso que estou a dizer, é que houve um aumento de custos para desempenhar a função da limpeza do bairro do Areias, do Esteval e do Afonsoeiro, porque as empresas contratadas apresentaram um orçamento maior, onde estava o aumento dos custos dos funcionários, o aumento dos produtos de higiene e essas coisas. Não falei em relação aos funcionários da junta. Peço desculpa se confundi.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, disse: “Não foi isso que entendi, mas há uma coisa que eu lhe quero dizer: isso pode ser tudo verdade, mas não está cá nada a provar nada disso. O senhor Vereador disse isso tudo, mas eu não tenho aqui nada da junta de freguesia a dizer que o ano passado paguei X, nem um documento da empresa a dizer que recebeu X, e um documento da empresa a dizer que este ano quer X. Não tenho cá nada disso. É tudo muito bonito de falar, mas a câmara precisa de ter documentos. O senhor Vereador disse tudo o que lhe apeteceu, fez propaganda, e vai ser a última vez que vai aqui fazer propaganda política. Eu percebo isso tudo, as vossas mágoas, mas aqui eu só estou para defender os interesses da câmara e dos munícipes do Montijo. E, portanto, eu tinha que trazer esta proposta assim que legalmente fosse possível, porque eu só podia trazer aqui esta proposta depois do senhor presidente da junta me informar que os órgãos da freguesia tinham deliberado sobre esta matéria, porque só isso é que permite que a câmara agora, por urgência imperiosa, vá fazer uma prestação de serviços com uma empresa para fazer a limpeza daqueles três bairros. De outra forma, não havia capacidade legal para fazer isso. E, portanto, o que está aqui em causa são os interesses



da câmara, os interesses do município. Trazemos aqui esta proposta à Câmara e iremos levar à Assembleia Municipal, mas a junta de freguesia continua a não cumprir aquilo que deve cumprir, que é entregar os relatórios a dizer onde foi gasto o dinheiro que a câmara, através da DGAL, lhe transferiu no ano anterior. E, portanto, são esses os relatórios que nós queremos, para que possamos juntar ao processo e encerrar este processo.”. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse: “Na primeira intervenção do Vereador Ilídio, ele referiu que alguém estava já a fazer campanha eleitoral aqui. Eu, agora, fiquei muito espantado de ver você entrar aqui, de pé juntos, a fazer campanha eleitoral. Não é? Você tem cá uma moral! E depois ainda vem aqui como moço de recados do Presidente da junta. Como é que você sabe isso dos dinheiros todos da Junta? Então agora é funcionário da Junta ou...? Eu não acredito em tudo aquilo que me mandam. Eu, na televisão, não acredito em metade das coisas que vejo, portanto também não acredito nos emails que me mandam. Muitos são mentira, e, portanto, faço logo... aí fica logo o problema resolvido. Aqui há uma coisa: quem está a sofrer com isto são os cidadãos, os munícipes do Montijo, daqueles três bairros, com o lixo por todo o lado, e a responsabilidade aqui é do Senhor Presidente da junta, sem dúvida e também, se calhar, um bocado da Câmara Municipal. Porque isto, quando eram todos amigos, corria tudo muito bem, não é? Mas depois, qualquer coisa começou a correr mal, e quem é que pagou? Os munícipes desses três bairros, não é? E agora andam em guerra. E a verdade é que não há contas! Os homens que falam em transparência, querem mudar o Montijo, não apresentam as contas, não é? Isso é que é bonito! É este o futuro que querem para o Montijo? Eu não quero. E eu pergunto aos munícipes do Montijo: é esta a visão? É este o coração? Nem se vê e o coração para! O que é que acontece com isto tudo. E temos o exemplo do que tem sido a gestão destes últimos quatro anos. É lixo, e mais lixo! E é preciso acabar com este lixo todo que anda por aí. Isso é que é preciso. E fico-me por aqui.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse: “É preciso percebermos o seguinte: as câmaras municipais não são tascas. As câmaras municipais funcionam de forma oficial. É preciso, entre os vários organismos, que haja informação oficial. Não é só a informação informal. A informação informal pode preparar as informações oficiais, mas as câmaras municipais precisam de receber informações oficiais. Portanto, eu gostaria de chamar a atenção para o seguinte: no dia vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e quatro, nós, munícipes, tivemos conhecimento, através das redes sociais da Junta de Freguesia, de que a Junta de Freguesia, a partir do dia um de janeiro, deixaria de ter serviço de limpeza nesses bairros. Soubemos isso, aliás, até foi



o Senhor Vereador da CDU, o Senhor Vereador Correia, que trouxe este assunto à Câmara Municipal. Isto foi publicado no dia 28/12, e esta deliberação foi publicada supostamente havendo uma deliberação do executivo. E nós ficamos a saber disso oficialmente aqui na Câmara Municipal por ofício de treze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, que em reunião extraordinária da Junta de Freguesia da União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, realizada no dia vinte e três de janeiro, e deliberação da Assembleia de Freguesia realizada a vinte e oito de janeiro, onde foi deliberada aprovar a adenda ao Auto de Transferência. Ou seja, só em janeiro se deliberou algo que se anunciou em dezembro. Isto é ao nível de uma tasca, não é ao nível de uma entidade pública, porque uma entidade pública reúne-se, os órgãos decidem e depois comunicam à população. Não é comunicar à população aquilo que ainda não foi deliberado. E depois, perante isto, a Câmara Municipal só soube oficialmente a treze de fevereiro. É o que está aqui, toda a tramitação processual. No dia treze de fevereiro, uma decisão tomada no dia um de janeiro, sem deliberação nenhuma. E é bom que se perceba isto, é assim que a Junta de Freguesia do Montijo está a funcionar! Cada qual faz o que quer, e depois a Câmara Municipal, e os municípios, principalmente os municípios, têm que adivinhar o que se passa. O senhor presidente da junta diz que basicamente não tem dinheiro suficiente, mas ninguém sabe qual é o dinheiro que falta. Porquê? Porque nós, enquanto Câmara Municipal, transferimos todos os anos uma determinada quantia de dinheiro, à ordem dos quatrocentos mil euros, para este tipo de limpeza e higienização da zona do Afonsoeiro, Bairro das Areias, Esteval, e a Junta de Freguesia tem que recolher o lixo, tem que fazer essas coisas todas. E a Câmara Municipal transfere quatrocentos mil euros, que é um dinheiro da Câmara Municipal. Mas hoje, nesta Câmara Municipal, ninguém sabe se esse dinheiro foi gasto, se foi totalmente gasto, se faltou, quanto faltou ou se não faltou nada. Não sabemos nada! Não sabemos absolutamente nada! E não sabendo, o que acontece? O senhor presidente diz que o dinheiro não chega, e, portanto, a Câmara Municipal tem que alterar esta transferência. Ora, qual é o sentido de a Câmara Municipal transferir dinheiro sem saber se foi totalmente aplicado? Se chegou ou não, quanto é que faltou? E ainda por cima, sem saber isso, aumentar os valores. Isto não tem nenhum sentido! Isto é a mesma coisa que eu estar a dar, imaginem, uma mesada a um filho e depois ele dizer: 'Olha, falta aqui, não me chega!' E nós não sabemos o que ele gastou, onde gastou, não sabemos nada. Portanto, isto é assim que funciona a Junta de Freguesia com este enorme profissionalismo, rigor e transparência, que é uma coisa absolutamente impressionante! Recordo também que a lei, que tutela estas matérias, diz o seguinte: no que diz respeito à reversão das competências,



pode ocorrer a reversão de novas competências transferidas para as freguesias por acordo entre as partes. E o acordo entre as partes, que eu saiba, implica a formalização de contratos. As câmaras municipais funcionam com contratos, com acordos escritos, não é por ouvir dizer e pelo diz que disse. O que acontece é que a Junta de Freguesia, unilateralmente, cancelou o serviço. Eu não me recordo de ter vindo a esta Câmara Municipal nenhum acordo de reversão. Agora, está a vir esta sessão de Câmara, que é uma forma de, hoje sim, estar a ser discutida essa decisão, mas antes de um de janeiro, não veio a esta Câmara Municipal nenhum acordo. Portanto, a lei diz que tem que haver um acordo, e por uma razão muito simples: se não houver acordo, uma das partes resolve tomar a decisão, desculpem a expressão, 'à cowboy', e depois o serviço público deixa de ser prestado. Foi o que aconteceu. Nestes bairros o serviço público, desde o dia um de janeiro, deixou de ser prestado. Porquê? Porque não se assegurou a transferência de competências e esta decisão, que vem aqui hoje, no dia dezanove de fevereiro, que ainda tem que ir à Assembleia Municipal. Estamos aqui com dois meses em que o serviço não foi assegurado, porque o senhor presidente da junta, em dezembro, resolveu dizer que três dias depois, acabava com o serviço. E atenção, pode até ter acontecido que, no meio desta história toda, houve reuniões, houve conversas, mas não se chegou a um entendimento de acordo, porque uma das questões fundamentais era o senhor presidente da junta e todos os presidentes de junta, não é só este, todos, apresentar os relatórios de execução. Isto é que é a questão fundamental, não apresentar o relatório de execução. Agora vamos entregar mais dinheiro e alterar os acordos, quando nem sabemos se o dinheiro foi adequadamente gasto e investido. Mas isto é na cabeça de quem? Isto é o quê? Portanto, isto não tem nenhum sentido. E a Câmara Municipal, seja do PS ou de outro partido qualquer, tem que se comportar respeitando a lei e os contratos. Isto não é à Vale e Azevedo, que se rasgava os contratos. Portanto, isto tem que ser feito assim. É preciso ser claro nesta matéria. E depois o senhor presidente da junta diz: 'O dinheiro não chega!' Não chega, diz que falta sete mil e quinhentos euros por mês, se eu não me engano, foi esse o valor. Não chega? Mas chegou para estourar cem mil euros nos 'Sons do Montijo', todos os anos. Os senhores, talvez não saibam, e as senhoras que estão aqui presentes e aqueles que nos estão a ouvir. Agora, diz-me assim: 'Ah, mas isso está tudo bem, é um apoio à cultura.' Mas vamos lá ver uma coisa: a Junta de Freguesia tem que ter como prioridade a limpeza urbana ou estourar cem mil euros por ano nos 'Sons do Montijo? Num espetáculo que quase ninguém vai? O ponto é este. Há dinheiro para tudo: para almoços, para pagar almoços dos amigos, para tudo e mais alguma coisa, mas para a limpeza... para a limpeza urbana não há!



Não há! Portanto, o que existe aqui é uma forma de gerir a coisa pública miserável. A Câmara Municipal tem responsabilidades em muita coisa ao nível da higiene e limpeza urbana nos restantes bairros. É verdade! O serviço da Câmara Municipal funciona mal, mas eu não me recordo de que esta Câmara Municipal tenha dito: 'A partir de agora, não faço limpeza nestes bairros.' Isto é uma coisa ao nível da indignância moral. Não é? Isto é ao nível da indignância moral! A Câmara Municipal funciona mal, aliás, todos os vereadores têm feito críticas duríssimas a esse nível. No entanto, nunca pensei que a Câmara Municipal fizesse birra e dissesse que já não limpa, que já não quer fazer. Agora não limpo, não me apetece, decidi isso hoje lá em casa. Isto é como as coisas têm sido tratadas. Portanto, vem agora à Câmara dizer que ainda tem razão nisto. Mas, sinceramente, tem razão? Tem mesmo razão? Quanto é que é preciso? Sete mil e quinhentos, dez mil? Temos uma execução para trás, mas isto não interessa nada! Não interessa nada! Reparem como é que as coisas estão a ser geridas. A Câmara Municipal tem muita responsabilidade ao nível da higiene e limpeza urbana. No entanto, quem rompeu os contratos não foi a Câmara Municipal, foi a Junta de Freguesia, de forma inesperada, sem respeitar os munícipes, e ainda por cima querem receber medalhas. O senhor presidente da junta teve a ousadia de, na Assembleia Municipal, dizer o que disse. Isto merece uma enorme censura política. As pessoas desses bairros devem manifestar claramente que isto é inaceitável. O serviço público não pode ser cortado, eu nunca vi algo assim. Nunca vi uma Junta de Freguesia cortar um serviço. Esta é a primeira vez! Aliás, foi a única. Das cinco freguesias, nenhuma cortou o serviço, só a Junta de Freguesia do Montijo é que cortou. Portanto, não há a menor dúvida de que isto é um dos episódios mais lamentáveis da vida autárquica do Montijo. Ao nível da higiene e limpeza urbana é um episódio absolutamente triste e lamentável. Temos de ter uma grande censura a isto. Naturalmente, como vereadores, não temos outra alternativa senão aprovar esta medida, porque foi uma medida imposta. Isto foi praticamente imposto! Vai levar tempo, as pessoas já estavam a sofrer, o serviço já estava mal, vai continuar a ser mal, não pode melhorar, porque agora tem de se arranjar tudo à pressa, contratar empresas, como está a acontecer, para resolver o problema. Mas, sinceramente, isto é, ao nível da indignância administrativa, legal e moral." -----

O Senhor Vereador Ilídio Massacote, no uso da palavra, disse: "Eu não disse: 'partidos', disse: 'partidarites'. Como é lógico numa democracia, ao contrário de outros vereadores aqui, acredito numa democracia plural. Este senhor aqui ao meu lado, o Vereador João Afonso, é um mau comediante. Diz tudo e o seu contrário, nessa reunião de câmara também disse que não deviam existir



partidos políticos pequenos porque isso tornava-se ingovernável. Isto devia ser gerido só com um partido, um partido só era o ideal, e que ele fosse o cabeça de lista desse partido, ganhava as eleições de caras. O problema do senhor é que está a ver que é a última vez que lá vai, que nunca mais é Presidente da Câmara, tem esta obsessão. Qual é a moral de uma pessoa que perde uma sede, que estava a pagar cinquenta e sete euros de renda?”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, interrompeu o Senhor Vereador Ilídio Massacote e disse: “Senhor Vereador, questões partidárias aqui não! Desculpe, mas isso não.”. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, ainda no uso da palavra, disse: “A Senhora Presidente da Câmara teve acesso aos orçamentos que o Senhor Presidente da Junta lhe deu? Deu-lhe o orçamento de dois mil e vinte e cinco? Pelo menos foi o que ele me disse.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Ilídio Massacote, disse: “Não deu nada, não me deu orçamentos nenhuns. O Senhor Presidente da junta teve uma reunião comigo e com os outros presidentes de junta, não me deu orçamentos nenhuns e teve uma reunião comigo e com uma jurista da câmara. Ficou de falar à jurista para tratar deste assunto, mas não apareceu. Não tenho documentos nenhuns em meu poder. Eu enviei ao Senhor presidente da junta um email no dia vinte e um de janeiro, onde disse: ‘Excelentíssimo senhor presidente. Em dezembro, vossa excelência informou a signatária não possuir a União de Freguesias condições para continuar a exercer as competências transferidas ao abrigo da cláusula tal e tal. A signatária concordou com a proposta do senhor presidente e informou que deveriam ser cumpridos o número 3 da cláusula 17.^a, bem como a 18.^a do Auto assinado por ambas as partes. A União de Freguesias, a vinte e oito de dezembro, coloca o comunicado que se junta em anexo na rede social Facebook. Neste momento, estamos a vinte e um de janeiro e a signatária não foi informada oficialmente de qualquer decisão dos órgãos da União de Freguesias sobre esta matéria, o que inviabiliza uma tomada de posição da Câmara Municipal. Estão em causa 443.227,49 € anuais (...).’ Eu não disse que o senhor presidente da junta recebeu este ano esse dinheiro. Recebeu-o no ano passado. Este ano, recebeu um doze avos deste dinheiro. ‘(...) onde se inclui o vencimento de três trabalhadores, sendo que uma regressará à Câmara Municipal. Que a DGAL está a transferir para a União de Freguesias as verbas e o lixo amontoa-se nestas zonas, pois a Câmara está impossibilitada de contratar uma empresa para efetuar este serviço, sendo sido mesmo transferido para a freguesia que vossa excelência preside, o que se torna uma questão de saúde



pública. Assim, solicita-se que vossa excelência, o mais breve possível, desenvolva os procedimentos legais que permitam a resolução desta situação de extrema gravidade.'. Portanto, não digam que eu não alertei, que eu não escrevi, que eu não disse.".

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, disse: "Senhora Presidente eu também li esse email, mas também li os e-mails do senhor Presidente da junta em novembro, em dezembro, inclusivamente a informar a Senhora Presidente, um dia antes do comunicado, a perguntar se queria alterar alguma coisa naquele comunicado. Confirma isso ou não confirma?".

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Ilídio Massacote, disse: "Não disse nada, mas eu, nessa altura, tinha estado hospitalizada e nem estava ao serviço. Eu nem estava ao serviço quando o Senhor Presidente mandou esse comunicado. Não disse, eu não disse isto porque não quero me aproveitar disso, porque mesmo que o senhor me tenha enviado, não serve de nada. Pode-me enviar para eu ter conhecimento, mas oficialmente não conta para nada.".

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, ainda no uso da palavra, disse: "Quando este Auto de Transferências foi iniciado, a Junta de Freguesia também iniciou antes de estar assinado e aprovado em Assembleia Municipal, acreditou na palavra, no que estava conversado entre as autarquias, e iniciou o protocolo antes de estar assinado. Da mesma forma, e ainda há pouco falámos aqui, no exemplo, da mesma forma que agora já iniciámos o protocolo para as escolas antes de sequer vir à reunião de câmara, porque o serviço público, o interesse público, sobrepõe-se a uma pequena burocracia. Esta é a minha leitura. Os senhores podem não concordar, mas eu acho que o serviço público, o interesse público, sobrepõe-se a uma assinatura de um papel ou um formalismo. E os munícipes do Montijo é que não podiam ser prejudicados. Foi isto que eu disse. Agora, a Senhora Presidente diz que é dessa forma. Eu faria de outra forma, tenho esse direito a pensar desta forma. Só dizer uma coisa aqui ao Vereador Joaquim Correia: eu não sou moço de recados de ninguém, só para esclarecer isso.".

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Ilídio Massacote, disse: "Senhor Vereador, eu mandei fazer a limpeza do lixo na mesma. Falei com o senhor encarregado da Higiene Urbana e solicitei aos trabalhadores que fizessem turnos duplos para fazer essa limpeza, mas isso não responde às necessidades. O que eu preciso é de fazer uma prestação de serviços com uma empresa, e eu não posso fazer sob pena de ir presa se não tiver cá este documento.".



O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, ainda no uso da palavra, disse: “Senhora Presidente, foi aquilo que eu disse: usurpação de poderes era se a autarquia, Junta de Freguesia, não concordasse com isso e a Câmara fosse lá retirar esses poderes. Havia interesse da Junta de Freguesia, ceder à Câmara, esse serviço. Por isso, não há uma usurpação de poderes. Não é ilegal, pode consultar o jurista, se faz favor.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador Ilídio Massacote, disse: “Não estou a dizer que é ilegal ir buscar os poderes, mas os órgãos da freguesia é que me têm de dizer que não têm capacidade para fazer este trabalho por este valor, e não vieram dizer isso. Nem os órgãos, nem o Senhor Presidente. Onde é que está o documento a provar que gastou o dinheiro naquelas coisas e que não chega? Não há. Mas vem dizer que não quer a competência. Como não quer, eupara fazer a prestação de serviços, tenho que avançar. Mas corretamente não cumprui. Portanto, não, eu vou tirar uma competência ao Presidente da Junta porque ele põe um comunicado no Facebook? Não quero usar o termo que o Vereador João Afonso usou, mas a Câmara tem regras, é uma instituição. Posso cometer erros, posso fazer alguma coisa mal, mas é porque não sei ou porque fui mal aconselhada. Porque comigo, tudo é dentro da Lei, e dentro da Lei, é assim. Mesmo assim, não está como deve ser, mas eu informei a DGAL, disse tudo. A DGAL virá, a seu tempo, certamente, se entender, responder a estas questões. Irei agora, informar a DGAL desta decisão e de como é que a situação se encontra.”. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse: “Acho que já foi tudo basicamente falado e discutido aqui relativamente a esta questão. Eu só queria acrescentar uma coisa que tem a ver com o seguinte: é verdade que a Junta de Freguesia fez um comunicado a vinte e oito de dezembro, a dizer que, a partir de um de janeiro, deixaria de realizar aquela tarefa que era sua. Depois, fez uma Assembleia Extraordinária a vinte e três de janeiro e está aqui, na proposta, a questão da deliberação. Portanto, temos a deliberação da proposta na Assembleia de Freguesia, e esta teve sete votos a favor do Partido Socialista, dois a favor do PSD, não sabemos de qual. Depois, outros partidos votaram a favor, a CDU, felizmente e bem, votou contra. Foi o único a votar contra. Mas, se todos estes partidos tivessem votado contra, quer dizer que esta proposta não teria sido aprovada. E agora pergunto: se isso tivesse acontecido, era a democracia a funcionar, não era? Portanto, a Junta faz o anúncio, leva quase um mês depois à Assembleia Extraordinária, não tem maioria absoluta e, a Democracia a funcionar, reprovava esta questão. Então, agora, como é que seria? Não digo mais nada.”. -----



Prémé

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, disse: “Isso tudo se resume a que as pessoas não sabem as suas competências, nem o senhor presidente da Junta tem competência para alterar, nem eu tenho competência para dizer que aceito. Mas as pessoas não sabem as suas competências e acham que a gente conversa aqui e fica assim. Portanto, o senhor presidente da Junta disse-me que não queria, eu disse 'está bem', mas o executivo da Junta e o executivo da Câmara é que concordam, porque senão fica tudo sem efeito. A conversa que ele teve comigo e que eu tive com ele, não tem valor nenhum, por isso mesmo, eu insisti nas deliberações.”. -----

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, no uso da palavra, disse: “Eu bem percebo que existem alguns vereadores melhor informados do que outros sobre o que se passa dentro da Junta. Agora, o que é de facto lamentável é que a única Junta de Freguesia que precisava de mais dinheiro era a Freguesia do Montijo. Todas as outras, com os autos como estavam, estavam satisfeitas. Isto dá que pensar, não dá? E quando diz que estava tudo limpo ia ao Esteval e os passeios eram cheios de ervas, eram limpos de vez em quando, tal como tudo o resto. Não era só aqui no Montijo, como você está a dizer. Agora, eu sei que está muito melhor informado, é evidente, toda a gente sabe, não é? O problema é que as pessoas querem exercer cargos para os quais não têm competência e, portanto, é este o resultado que dá. Não é uma conversa, não é uma publicação no Facebook, até porque a publicação no Facebook não foi do executivo da Junta de Freguesia. A publicação foi decisão do presidente, como se ele sozinho conseguisse decidir pelo executivo da Freguesia e pela Assembleia de Freguesia, o que é ainda mais grave. Mas também sabemos como é que isso aconteceu, porque, em condições normais, não teria acontecido. E, portanto, teríamos aqui um problema adicional. Não é dizer que se gosta muito e que se está cá desde pequenino. Não é preciso trabalhar todos os dias, saber o que é que se faz e como é que se faz. Não é andar a lançar palpites e a tentar mandar areia para os olhos dos nossos munícipes, que merecem todo o nosso respeito e não este tipo de iniciativas para tentar denegrir, seja aos vereadores, seja à Câmara Municipal, seja o que for.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, referiu: “Senhores vereadores, eu só queria deixar aqui um esclarecimento para que fique tudo muito claro. Quando nós fizemos o Auto de Transferência, fizemos os anexos dos recursos financeiros e justificámos porque é que transferimos este valor. Não foi porque nos lembrámos, e então medimos as vias e os espaços públicos dos bairros do Esteval, Afonsoeiro e Areias em metros - 384.618,40 metros. E depois dissemos assim: a dimensão das vias e espaços públicos a considerar resulta da multiplicação pelo fator 4 da dimensão apurada para os



arruamentos e ciclovias dos três bairros a considerar. Ou seja, os metros que estes bairros têm em arruamentos e ciclovias foram multiplicados por quatro. O fator 4 resultou da ponderação da demografia e da consequente densidade populacional da União de Freguesias, por comparação com a realidade das restantes freguesias do concelho. Portanto, a Freguesia do Montijo multiplicou por quatro, ao contrário das outras freguesias. Portanto, nós justificámos porque é que transferimos este valor. Exigimos agora que nos venham dizer porque é que este valor não chega. É só nesse sentido. Mais nada.”. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, disse: “Senhora Presidente, eu tenho informação de que a senhora recebeu o orçamento no dia quinze de dezembro, numa reunião com as outras juntas. Tenho essa informação. A senhora diz que não, mas eu tenho essa informação. Em relação ao Vereador José Manuel, tem graça que só agora o Areias, Afonsoeiro e Esteval tinham ervas, ali é que está o problema. O resto do Montijo está um brinco! Todos nós sabemos. Dizer que se tem que saber as funções, não basta dizer que se ama o Montijo, não vamos estar aqui a tecer considerações sobre quem tem qualidades. O Montijo está como está porque sempre teve pessoas competentes e predestinadas à frente. O Montijo sempre teve pessoas muito competentes à frente do Montijo. Por isso é que o Montijo está como está: a zona ribeirinha como está, com os problemas nas escolas, com o problema da mobilidade, com o problema da higiene urbana... Quer mais problemas? Todos nós sabemos os problemas do Montijo e sempre tivemos pessoas muito competentes, muito bem preparadas para desempenhar este cargo. Percebe? Essa narrativa os montijenses já não a comem.”. -----

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, no uso da palavra, disse: “Isto, de facto, é quase inacreditável, não é? Fico pasmado com isso. Não me ouviu dizer que o Montijo não tinha nenhuma erva, agora não me venha dizer que, antes, o bairro do Areias e do Afonsoeiro estava tudo limpinho. Por isso é que não se compreende como é que, nas outras juntas de freguesia, o dinheiro transferido chega, e só para o Montijo é que não chegava. Porque, independentemente da inflação, disso, daquilo e outro, estamos a falar de mais cem mil euros para fazer exatamente a mesma coisa. Mais cem mil euros, não estamos a falar de pouco dinheiro. Nós não podemos estar a dar sem ter o comprovativo do que está a ser feito. E até agora não há um único relatório.”. Disse ainda: “independentemente do valor, aquilo que eu lhe digo é: apresentem as contas primeiro e reivindiquem o valor depois. Porque isto não é uma mercearia.”. --

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, interrompeu o Senhor Vereador José Manuel Santos e disse: “Quando vier aqui a proposta, vamos ver qual é a verba



que vai ser adjudicada à empresa que vai fazer. Se conseguem fazer por menos valor ou por mais cem mil euros. Cá estamos para ver a verba que vem aqui à aprovação na Câmara.”. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, referiu: “Seja o valor que for, será um concurso público, em que as empresas se candidatarão e nós saberemos qual é o valor. Mas o senhor presidente da Junta não me deu valores nenhuns, não me provou que tinha gasto quatrocentos e tal mil euros o ano passado na limpeza do lixo. Não é a mim que ele tem que provar, é à Câmara, é aos cidadãos. E, portanto, isso até hoje não me chegou. E como não chegou, eu não posso trazer aqui aos senhores, não tenho documentos.”. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

Pelas vinte e uma horas e onze, interrompeu-se o período **Antes da Ordem do Dia** e deu-se ao início ao período de **intervenção do público**, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

A senhora munícipe **Susana Mocho**, interveio e leu um documento, cujo teor a seguir se transcreve: “Muito Boa noite! Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores. Os pais da Turma 1.º B, Educadoras e Professores da Escola Básica Ary dos Santos, assinaram uma Petição, expondo uma matéria de extrema importância e que afeta diretamente o bem-estar e a educação das nossas crianças, em particular, aquelas com Necessidades Educativas Específicas. É um tema que não pode ser ignorado, pois trata-se do direito fundamental de todas as crianças a uma educação digna, inclusiva e com as condições adequadas ao seu desenvolvimento. Atualmente, muitas crianças com Necessidades Educativas Específicas enfrentam dificuldades significativas no ambiente escolar devido à falta de profissionais especializados e também pela falta de assistentes de apoio e de reforço auxiliar adequado. Sabemos que os professores fazem um esforço para garantir que todas as crianças aprendam, mas a realidade é que sem um suporte permanente, estas crianças não conseguem ter as mesmas oportunidades de progresso e integração. A necessidade de acompanhamento parte de uma Assistente de Apoio, não está indicada para todas as crianças com Necessidades Educativas Específicas, apenas para aquelas cuja avaliação e condição assim o exige. Sendo esta necessidade referenciada no Relatório Técnico Pedagógico destas crianças. E é o que acontece nesta turma, estão integradas duas crianças que beneficiam de Medidas Seletivas e Adicionais e que se encontram sem Assistente de Apoio conforme indicado no seu Relatório Técnico Pedagógico. Há que perceber que



assistente de apoio desempenha um papel crucial no acompanhamento destas crianças, garantindo não só um suporte educativo, mas também emocional e social. São indispensáveis para que possam desenvolver autonomia, autoestima e competências fundamentais para a sua inclusão na sociedade. Na maioria dos casos em que está indicado este recurso, tratam-se de crianças com necessidade de suporte considerável, dadas as suas especificidades, nomeadamente, perturbações graves de linguagem, dificuldades de aprendizagem, transtorno do deficit de atenção, hiperatividade, dificuldades sensoriais, comportamentais, alimentares e de autonomia. Pese embora, a legislação atual estabeleça rácios mínimos para a alocação de Assistentes Operacionais, e todos nós estamos conscientes desta situação, a realidade demonstra que esses parâmetros são frequentemente insuficientes para atender às necessidades reais das nossas crianças. Esta insuficiência compromete não só o desenvolvimento académico, mas também o bem-estar psico-emocional dos alunos que mais necessitam de apoio. Num e-mail dirigido à Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, em setembro do ano anterior, a propósito da falta de assistente de apoio nesta turma, a mesma vem apenas dar nota que cumpre estes critérios e que a gestão funcional do pessoal colocado é uma competência delegada às Sras. Diretoras dos Agrupamentos, algo que todos já sabemos. Mas também, reconhece que em alguns casos esses critérios poderão ser insuficientes e que iria sensibilizar a Secretaria de Estado da Ação Social e da Inclusão e também a Secretaria de Estado da Educação para a necessidade de rever estes critérios de colocação de assistentes operacionais para apoio a crianças com Necessidades Educativas Específicas. Ora bem, estamos aqui hoje para reforçar a preocupação com o tempo que estas crianças têm de aguardar por uma solução adequada, porque o Agrupamento indica não ter recursos suficientes. Até compreendemos que é mais fácil escudarem-se com a questão dos rácios, no entanto, a demora na resolução deste problema terá um impacto significativo no bem-estar e desenvolvimento das crianças. Este será um tempo que jamais será recuperado na vida delas. Não é por acaso, que vários Municípios já reconheceram esta lacuna e tomaram medidas proactivas para colmatá-la, reforçando o número de auxiliares nas suas Escolas. Felizmente, que o fizeram, mas depois temos uma disparidade entre Concelhos, onde alguns estão sensíveis e atuam tendo em conta as reais necessidades e outros vão continuar a oferecer os mínimos que a Lei indica. E é nossa opinião que nestas áreas específicas, não se pode olhar para as crianças apenas como um número, porque caso contrário, estará sempre comprometida a sua inclusão e o seu acompanhamento no contexto escolar. A transferência de competências na área da educação para os Municípios, provavelmente, deveria trazer a



vantagem de estar mais próxima das dificuldades e necessidades e agir mais rapidamente. Esta preocupação e necessidade de alocação de mais recursos humanos foi, igualmente, partilhada pela EMAEI (Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva) deste Agrupamento, que informaram sobre o aumento de casos com Necessidades Educativas Específicas, especialmente alunos, dependentes nos vários domínios da sua vida diária (na higiene, alimentação, autonomia...), com diagnósticos de autismo moderado ou severo, bem como, síndromes raras e doenças degenerativas, que exigem supervisão e apoio constantes por parte do adulto, que devido ao reduzido número de recursos, poderão não ver atendidas todas as suas necessidades. Aliás, a insuficiência de Assistentes Operacionais, tem se refletido, nos vários serviços desta Escola, tanto no Pré-Escolar, como no ciclo e também nas AAAF. E estas fragilidades têm sido referenciadas ao Município, continuamente, pelos pais, pela coordenadora, mas ainda sem resolução. Toda esta instabilidade que é vivida pelos grupos de crianças, reflete-se na sua forma de ser, estar e fazer, tendo uma incidência elevada ao nível da componente curricular. Outra questão a ter em conta, relativamente à Assistentes Operacionais, diz respeito ao necessário investimento na formação contínua destes profissionais, de forma a estarem mais aptas para lidar com a neurodiversidade. Por exemplo, aproveitar as interrupções letivas para este efeito poderá ser uma excelente iniciativa. Os acontecimentos de violência nas Escolas que tem vindo a ser divulgados, trás à tona o sentimento de indiferença que se vive para com o próximo. A título de curiosidade, O relatório Anual Segurança interna de 2023, traça um cenário negativo no que se refere à segurança nas Escolas, na base desta insegurança está a falta de Assistentes Operacionais isto segundo os pais, diretores escolares e os próprios auxiliares. Por isso, acreditamos que investir na educação inclusiva é investir no futuro de todos. Uma sociedade que apoia e cuida dos seus cidadãos mais vulneráveis é uma sociedade mais justa e desenvolvida. Sabemos que esta Câmara tem vindo a investir em projetos sociais que apoiam a neurodiversidade e que muito felicitamos, mas a Comunidade Escolar "grita por socorro" e por mais meios. Por isso contamos que esta exposição, sirva de alerta para que este Executivo possa olhar estas matérias com carácter de urgência. É um problema que se repete ano após ano, ficando aquele sentimento de conformismo, que não vale a pena tentar, pois nada vai mudar... Mas estes pais e profissionais, não se conformaram e perceberam da necessidade de reivindicar por apoios extra, pois só desta forma, estarão reunidas as condições para um atendimento à infância ancorado em valores como: incluir, valorizar a diferença, aprender cooperativamente, aprender a lidar com a diversidade, dar/receber afeto, proteção e confiança. Agradecemos desde já a vossa



atenção, mas pedíamos uma última intervenção da Senhora Professora Graça Caninhas, porque é fundamental dar a perspetiva do profissional que diariamente lida com esta escassez de recursos. Muito obrigada!”. -----

A senhora munícipe **Graça Caninhas**, interveio para dizer que a munícipe Susana Mocho já tinha abordado os pontos principais, mas que gostaria de acrescentar a sua experiência diária, que considera importante. Disse ser a professora do 1.º B e ter dois casos na sua turma de meninos muito pouco autónomos, que necessitam de atenção especial. Apesar de ser um 1.º ano e todos os alunos precisarem de atenção, às vezes sente-se perdida, principalmente quando tem que acompanhar um aluno ao WC, deixando os restantes sozinhos. Quando isso acontece, pede ajuda a outras pessoas próximas, que têm sido colaborativas, no entanto, na escola Ary dos Santos, há pessoas com atestado médico, o que tem levado a professora Anabela a retirar assistentes para cobrir outras funções, o que, segundo ela, tem prejudicado a escola. Expressou que, atualmente, não há condições para remover assistentes da sua equipa, pois os alunos precisam de toda a atenção. Com grande preocupação, pediu que a Senhora Presidente ou a Senhora Vereadora visitassem a escola para verem que não se trata de um pedido exagerado, mas sim de uma necessidade urgente. Destacou que os alunos merecem apoio e carinho, e que, muitas vezes, sai da escola com a sensação de não ter feito o suficiente por eles, o que é difícil, apelando, então, à necessidade urgente de uma assistente operacional com formação técnica para ajudar no dia a dia da escola. Além disso, a situação também se complica durante a hora de almoço, pois soube que, de acordo com o rácio, a escola deveria ter cinco assistentes operacionais, mas tem apenas quatro e meio, devido a uma assistente não poder desempenhar todas as funções. Isso é considerado insuficiente, principalmente porque existem outros alunos com necessidades educativas especiais nas outras turmas. Sublinhou que, à hora de almoço, é essencial que haja alguém para auxiliar três crianças com necessidades educativas especiais durante a refeição. Se as assistentes operacionais forem retiradas para outras funções, isso afetará a ajuda aos outros alunos. Também questionou porque as senhoras do refeitório não acompanham os alunos durante a refeição, tendo sido informada de que essa era uma das suas funções e que ficou surpreendida ao saber que, devido à falta de loiça suficiente, elas têm de lavar a loiça para o próximo turno, o que acaba por prejudicar a assistência aos alunos. Por fim, expressou a sua indignação com a situação e apelou à urgência de uma ação para resolver esses problemas, que, segundo ela, afetam diretamente a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos no município do Montijo. -----



A Senhora Presidente da Câmara Municipal, **Maria Clara Silva**, agradeceu à munícipe Susana, à professora, e a todos os presentes que estão a transmitir as suas preocupações, reconhecendo que, embora já saibam através de e-mails e outras formas de comunicação, é sempre importante ouvir e sensibilizar para estas questões. Destacou a importância da educação inclusiva, embora tenha referido que o problema está na forma como é executada no terreno, informando que as crianças do ensino pré-escolar têm direito a um assistente operacional, conforme estipulado pelo Ministério da Educação, mas no 1.º ciclo essa situação não se verifica, o que gerou uma disparidade difícil de entender. Referiu que, este ano, a situação é difícil, devido à falta de equilíbrio no número de assistentes operacionais, por motivos como baixas médicas ou faltas, acrescentando que na escola Ary dos Santos, foi necessário encerrar o serviço de complemento de horário devido à falta de pessoal, algo que não é compatível com a realidade atual. Referiu ainda que estão a tentar encontrar uma solução, contratando serviços externos para alocar pessoal às escolas, de forma a distribuir mais equitativamente as assistentes operacionais. No entanto, há outro problema: as assistentes operacionais, ao fazerem um concurso para admissão, não são exigidas competências técnicas, considerando que o Ministério da Educação deveria permitir contratar profissionais com competências técnicas, que possam realizar um acompanhamento especializado às crianças. Destacou que não seria necessário um assistente por escola, mas sim alguém que pudesse cobrir duas ou três escolas ou até um agrupamento, para garantir um acompanhamento mais diferenciado. Quanto à resolução do problema, disse que os protocolos serão apresentados na próxima reunião de câmara e que já estão a ser implementados. A intenção é transferir pessoal de outras escolas para as que têm mais necessidades, como é o caso da Ary dos Santos, a fim de melhorar a situação. Sublinhou que a educação deve ser vista como um investimento no futuro, não como um custo, reconhecendo que este ano tem sido complicado devido a várias circunstâncias, incluindo a mudança de algumas animadoras para assistentes técnicas, o que desorganizou a rede de assistentes nas escolas. Reafirmou o compromisso de encontrar as melhores soluções para garantir que as crianças recebam as respostas que necessitam e merecem, salientando que a diversidade deve estar presente nas escolas, seja em termos de etnia, pensamento, religião ou problemas cognitivos, e que esperam, na próxima semana, ter uma rede mais bem organizada para responder às necessidades e anseios de todos. -----

A senhora munícipe **Ana Rodrigues**, interveio para dizer que, embora tenha o curso de auxiliar educativa, exerce a função de assistente operacional, com a responsabilidade de apoiar as crianças. Quando tentou saber sobre a



possibilidade de fazer o curso para auxiliar de alunos com necessidades educativas especiais (NEE), foi informada de que não poderia avançar, já que estava alocada à unidade e, por isso, foi excluída dessa função. Disse que conhece bem a situação da escola, tal como a professora Graça e as outras pessoas presentes, e relatou situações difíceis que já enfrentou, como abrir a escola sozinha sem apoio. Partilhou um caso recente de bullying envolvendo uma menina autista de outra turma, destacando que, não sabe o que poderia ter acontecido se não estivesse presente. Disse que, frequentemente, está sozinha com um grande número de crianças, o que torna a situação bastante complicada. Disse ainda que, embora a escola ofereça algumas formações, como as de inglês, considera essencial a inclusão de pessoas qualificadas para lidar com as necessidades das crianças, acrescentando que compreende que as entrevistas não costumam exigir essa qualificação, mas pediu que fosse considerada a importância de ter profissionais formados para ajudar nesta área. Destacou a ajuda da professora Lina, que tem sido fundamental para apoiar a equipa e fez um apelo para que haja mais pessoas a acompanhar e a apoiar as crianças, para que a segurança e o bem-estar das crianças possam ser garantidos. -----

O texto das deliberações (propostas) foram aprovadas em minuta, nos termos da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 21 de outubro de 2021, titulada pela Proposta n.º 01/2021, tendo para o efeito sido assinadas pela Senhora Presidente da Câmara e por quem as lavrou. -----

E não havendo mais nada a tratar, a Senhora **Presidente da Câmara Municipal** declarou encerrada a reunião pelas vinte e três horas e dezassete minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

E eu, *Patrícia Alexandra da Silva Rome*, Assistente Técnica da Divisão de Administração Organizacional, a escrevi e assino.-----

-----A Presidente da Câmara Municipal, -----

----- Maria Clara Silva -----

A presente ata foi elaborada em conformidade com o acordo ortográfico da Língua Portuguesa em vigor.